



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2023



Relatório da Administração 2023



www.casan.com.br



www.sc.gov.br

MARÇO DE 2024

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos uma Nova CASAN, que reflete as novas demandas do mundo atual, cujo cenário é que a única certeza é a mudança constante, transformando profundamente os negócios, um imperativo para as empresas se manterem competitivas em meio à volatilidade permanente.

Renunciar à cultura de manutenção do *status quo* para adotar uma cultura que estimula a mudança permanente, que privilegia a execução ágil e eficaz, com simplicidade e sem silos.

Novas dimensões que retratem as prioridades organizacionais: performance financeira, saúde organizacional, talentos e capacidades, centrada nos clientes e na sustentabilidade.

Mudança ambiciosa e significativa no modelo de negócio, nas ações estratégicas e operacionais e na transformação mental e tecnológica (digital e analytics) da empresa. A nova estratégia da CASAN é um processo dinâmico e fluido, com a consciência de que é uma prestadora de serviços, apaixonada pela inovação com foco na solução dos problemas, e ciente que as mudanças dependem de pessoas que trabalham em cooperação per-

manente, engajadas, capazes de mobilizar as forças racionais e emocionais, sendo valorizadas por suas iniciativas, sem medo de cometer erros – mas corrigindo-os rapidamente, formando uma equipe de líderes ambidestra e de alta performance, alinhada com os propósitos da empresa.

A prioridade é alcançar a meta estipulada pelo Acionista Majoritário, de atingir 50% de cobertura estadual com coleta e tratamento de esgoto até o ano de 2026. Para tal, há necessidade de alavancar recursos da ordem de R\$ 2 bilhões, a serem aplicados nos municípios atendidos pela CASAN, que correspondem a 40% da população catarinense.

Para fazer frente ao desafio de ampliação da cobertura dos serviços de esgoto serão adotados novos modelos de negócios:

- Obras próprias que utilizem tanto tecnologias modernas como tradicionais, buscando maior eficiência na aplicação dos recursos e eficácia na operação e tratamento.
- Esgotamento Sobre Rodas
- Parcerias Público-Privadas (PPP)

Quanto aos serviços de abastecimento de água, a Companhia mantém-se atenta, investindo para ampliar a atual cobertura de 98% dos habitantes das regiões urbanas nos municípios em que atua.

Outras ações que são foco da administração passam pela análise criteriosa das despesas, buscando redução; nesta mesma direção, tem-se lançado editais para compra de energia no mercado livre; estudos do uso do lodo para geração de receita; e aprimoramento da estrutura de capital.

A situação climática impõe-se de forma desafiadora no negócio da CASAN, as condições extremas de excesso de chuva – que comprometem a qualidade e as condições de captação nos mananciais, bem como o oposto, as estiagens, necessitam de novos paradigmas de enfrentamento.

Face a todo o cenário exposto é que reforçamos ser imperioso a adequação da estrutura da Companhia, conjuntamente com a atualização para uma nova mentalidade, integradas nas ações do Acionista Majoritário, para compor esse universo que se impõe.

2. A CASAN E SEU MERCADO DE ATUAÇÃO

A CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, criada em 31 de dezembro de 1970, por meio da Lei Estadual nº 4.547, e constituída pelo Decreto nº SSP- 30.04.71/58, de 2 de julho de 1971, é uma empresa de economia mista e atua como concessionária na prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Tem como missão **Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.** A missão CASAN está apoiada em quatro bases fundamentais, inter-relacionadas e complementares:

- Desenvolvimento Econômico e Social - Participar ativamente no desenvolvimento econômico e social dos municípios conveniados.
- Preservação Ambiental – Desenvolver ações de forma sustentável por meio da educação ambiental, recuperação e preservação do meio ambiente.
- Saúde Pública - Participar de forma proativa com ações focadas na saúde e qualidade de vida da população atendida por seus serviços.
- Função Social - Cumprir seu dever para com a sociedade e pelo empenhamento público que ela representa, executando seus serviços com respeito e valorização.

A CASAN encerrou o ano de 2023 prestando os seus serviços direta-

mente a uma população residente de mais de 3 milhões de pessoas, distribuídas em 194 municípios (65% dos municípios do Estado de Santa Catarina e o município de Barracão, no Paraná), de forma que o equivalente a 41% da população catarinense foi beneficiada pelos serviços da Companhia, conforme demonstrado na Figura 1 – Atendimento da CASAN no Estado de Santa Catarina. A CASAN também forneceu água no atacado para outros 6 municípios clientes operados com sistemas próprios, que juntos tem uma população de 349 mil habitantes.

Em linhas gerais, a operação dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) é composta pelas etapas de captação de água bruta, tratamento e distribuição de água tratada e a operação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) compreende as etapas de coleta, tratamento e emissão final de efluentes.

Um resumo sobre as operações dos SAA e SES em 2023:

QUADRO 1- DADOS OPERAÇÃO CASAN 2023		
Dados 2023	Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário
Sistemas operados	256	35
Municípios atendidos	194	31
População total atendida	3 milhões	931 mil

A operacionalização dos sistemas é realizada através de 4 Superintendências Regionais de Negócios, 118 Agências e 76 DOPs (Distritos Operacionais) contando em 31/12/2023 com a colaboração de 2.743 empregados.

A CASAN atua nos municípios por meio de Contratos de Progra-

ma, Contrato de Concessão, Convênios de Cooperação para Gestão Associada e Convênios de Gestão Compartilhada. Esses são os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais, as quais concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

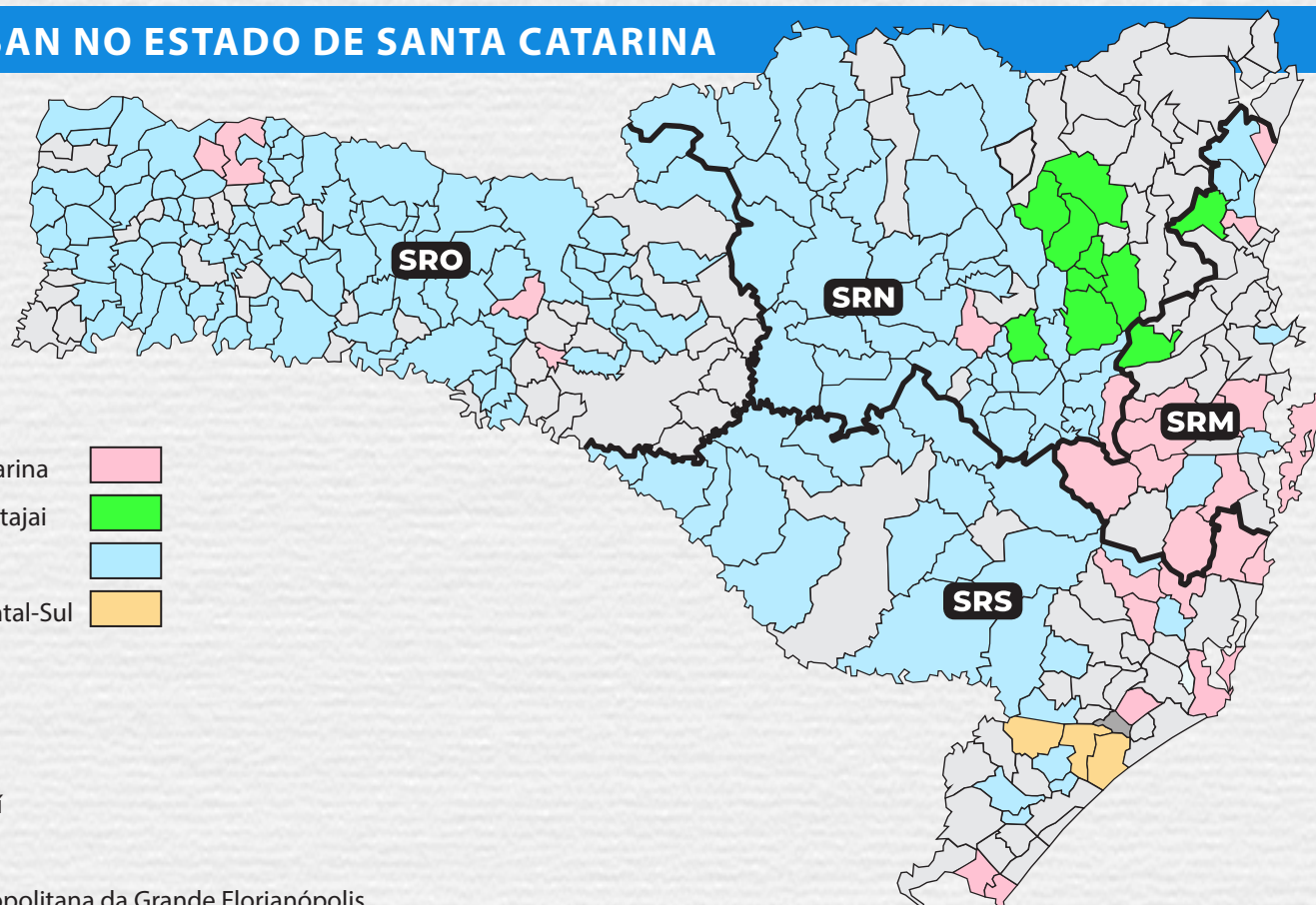
FIGURA 1 – ATENDIMENTO DA CASAN NO ESTADO DE SANTA CATARINA

AGÊNCIAS REGULADORAS

ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina	
AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí	
ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento	
CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental-Sul	

SUPERINTENDÊNCIAS

- SRS** - Superintendência Regional de Negócios Sul/Serra
- SRN** - Superintendência Regional de Negócios/Vale do Rio Itajaí
- SRO** - Superintendência Regional de Negócios Oeste
- SRM** - Superintendência Regional de Negócios da Região Metropolitana da Grande Florianópolis



ECONOMIAS

LIGAÇÕES

ECONOMIAS

QUADRO 2 - ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS – 31/12/2023

SUPERINTENDÊNCIA	MUNICÍPIOS	ÁGUA *2		ESGOTO *2	
		LIGAÇÕES	ECONOMIAS	LIGAÇÕES	ECONOMIAS
Metropolitana - SRM	18	263.615	507.034	72.270	221.462
Norte/Vale - SRN	49	173.296	207.616	14.703	21.408
Oeste - SRO	90	227.116	308.278	28.965	57.875
Sul/Serra - SRS	37	179.941	243.501	27.957	62.806
Total CASAN	194	843.982	1.266.443	143.895	363.551

*1 Resultados considerando município de Barracão no Paraná/PR

*2 Base de faturamento. Considera os municípios clientes.



Estação de Tratamento de Água de Criciúma

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Companhia é conduzida por uma diretoria colegiada subordinada à estrutura de governança (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Assembleia de Acionistas) conforme demonstrado no organograma representativo da administração superior da organização.

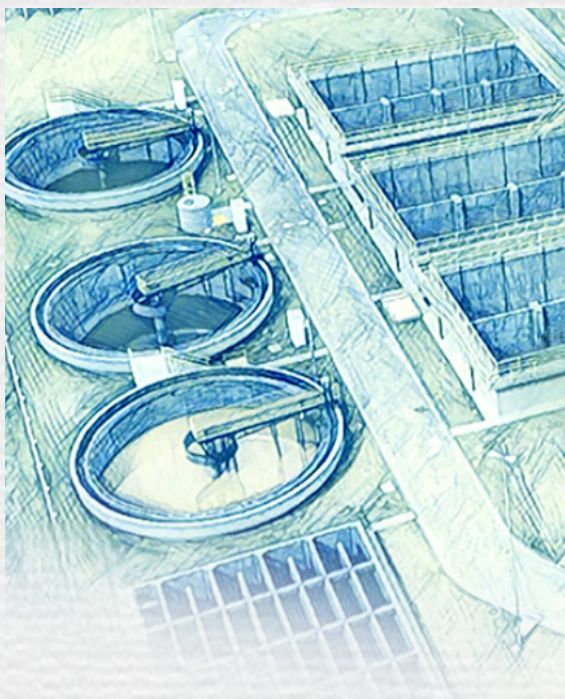
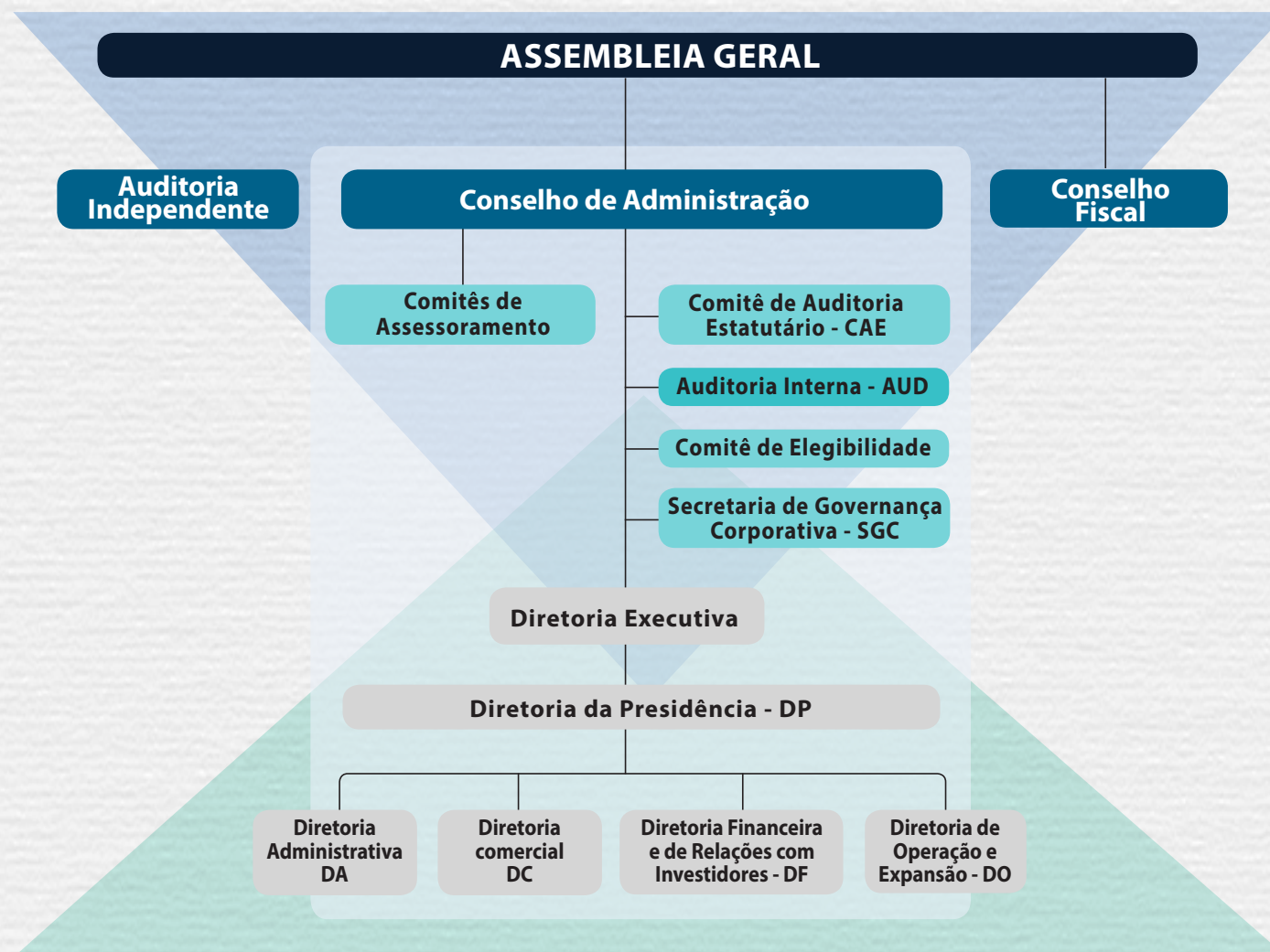


Figura 2 – Estrutura de Governança da CASAN

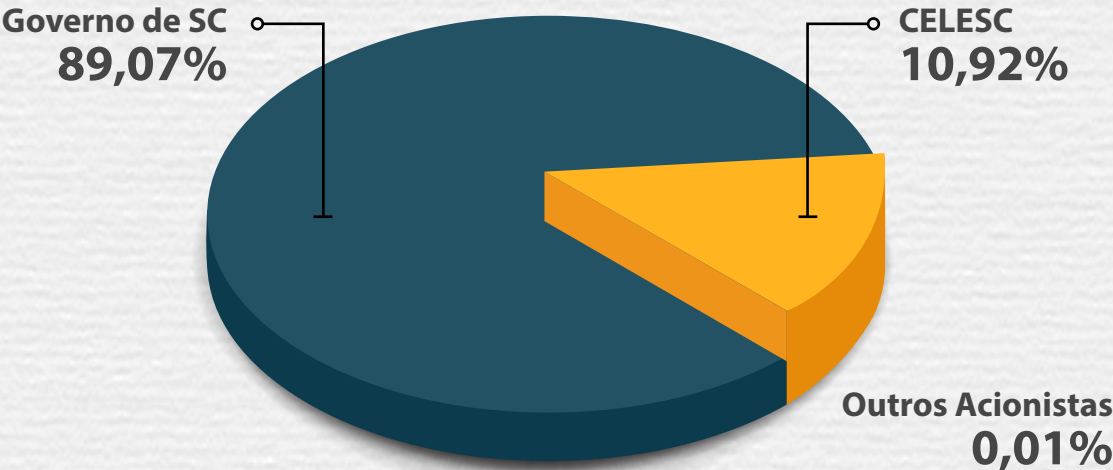


4. ESTRUTURA ACIONÁRIA

O Capital Social da CASAN é formado por 1.039.655.158 ações, sendo 517.368.721 ações ordinárias e 522.286.437 ações preferenciais. O Governo do Estado de Santa Catarina, detentor de 89,07% das ações, é o acionista majoritário. A empresa CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A possui 10,92% das ações da Companhia e é a segunda maior acionista.

O restante das ações está pulverizado no mercado entre pessoas físicas e jurídicas.

Gráfico 1 - Total de Ações



QUADRO 3 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM 31/12/2023

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Governo de SC	460.598.011	89,03	465.460.017	89,12	926.058.028	89,07
CELESC	56.713.251	10,96	56.778.178	10,87	113.491.429	10,92
Outros Acionistas	57.459	0,01	48.242	0,01	105.701	0,01
Total de Ações	517.368.721	100,00	522.286.437	100,00	1.039.655.158	100,00

5. RELAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS E MARCO DO SANEAMENTO

A legislação federal – Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, trouxe um grande desafio para as empresas estaduais de saneamento, uma vez que vedou a formalização de novos contratos de programa com os municípios sem licitação e exigiu que os contratos regulares em vigor fossem modificados até 31 de março de 2022 para inclusão das novas metas de universalização previstas no art. 11-B, § 1º, da Lei nº 11.445/2007.

Em 2023, com a publicação dos Decretos Federais nº 11.466/2023 e nº 11.467/2023, a Companhia regularizou a situação contratual com 16 municípios que ainda não haviam incorporado as novas metas de universalização e/ou tinham os seus prazos de vigência na iminência por encerrar.

Dos 181 municípios com instrumento contratual vigente até o final de 2023, 168 municípios possuem contratos em observância à nova legislação federal.

Os demais municípios em que a CASAN presta serviços sem contrato vigente, a Companhia aguarda a implementação da Prestação Regionalizada pelo Governo do Estado para restabelecer as tratativas com os municípios visando a regularização contratual.

6. CONJUNTURA ECONÔMICA

2023 foi um ano de estabilização econômica, período no qual a SELIC cedeu de seu maior nível nos últimos 7 anos, saindo de 13,75% para 11,75% e com sinalizações positivas de reduções em 2024, que já iniciou janeiro/24 reduzindo a SELIC para 11,25%. O afrouxamento monetário sinalizado, também externamente, apoia o otimismo para a Companhia otimizar os financiamentos necessários para atender as metas de universalização estabelecidas no Novo Marco Legal do Saneamento, Lei 14.026/2020.

Não obstante, o novo arcabouço regulatório exige maiores esforços para atender as demandas crescentes dos municípios, que, se não atendidas, abre espaço para concorrentes disputarem espaço via novas licitações. É um tema complexo devido ao modelo tarifário atual e dos esforços para aumentar o ritmo de investimentos.

Paralelamente, a Companhia aguarda a normatização da chamada "Regionalização" prevista na legislação, o que permitiria ajustar o modelo tarifário e os contratos vigentes, resultando em um fluxo de caixa mais equilibrado e aumento nos investimentos via novas captações de recursos. De fato, a "Regionalização" seria um gatilho essencial para que a Companhia possa focar todos os seus esforços para alcançar a universalização do saneamento básico nos municípios em que atua.

6.1 REGIONALIZAÇÃO

A instituição da Regionalização se trata de uma obrigação trazida pela Lei Federal nº 14.026/2020 aos Estados, com vistas à obtenção de ganhos de escala para garantir a viabilidade técnica e econômico-financeira dos serviços e com o propósito de alcance das metas de universalização em 2033.

A regulamentação da Regionalização do saneamento em Santa Catarina pelo Governo do Estado se constitui como uma alternativa para a regularização contratual com municípios, e ao mesmo tempo uma oportunidade para que a CASAN possa ampliar a sua atuação. No ano de 2023, a CASAN celebrou contrato com a Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia – FUNDACE, para “CONSULTORIA TÉCNICO-INSTITUCIONAL PARA ESTRUTURAÇÃO E SUPORTE AO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE SANTA CATARINA”. Tal contratação resultou na minuta de Anteprojeto de Lei Complementar que modifica a estrutura regionalizada e institui nova forma de regionalização e, por meio da Secretaria de Estado da Casa Civil de Santa Catarina, foi realizada a Consulta Pública nº 01/2023 para apreciação deste Anteprojeto de Lei Complementar, assim intitulado: Anteprojeto de Lei Complementar Estadual nº 40/2023, que institui a Microrregião de Águas e Esgoto de Santa Catarina (MIRAE-SC) e sua estrutura de governança e estabelece outras providências.

A partir disso, o Projeto de Lei Complementar Estadual seguirá para tramitação e aprovação junto a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Assim, a expectativa é de que em 2024, com a regionalização instituída, a Companhia possa manter e ampliar a sua atuação em Santa Catarina com vistas à universalização do saneamento até 2033, onde os municípios e o Estado buscarão soluções comuns para os serviços públicos de saneamento básico, viabilizando o direito de acesso integral e universal de toda a população catarinense a esses serviços.

7. POLÍTICA TARIFÁRIA

O comprometimento em busca do alcance da meta de universalização dos serviços de abastecimento de água e os significativos esforços no sentido de ampliar a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário, demandam elevados investimentos que exigem da Companhia a captação de recursos externos para a realização das obras necessárias. A captação de recursos junto à União, a fundo perdido, ou junto aos agentes financeiros, exige da CASAN a oferta de contrapartida do montante concedido, com aplicação de recursos próprios oriundos da sua Receita Operacional.

Além de gerar recursos para investimentos a fim de atingir a universalização (embasada na Lei nº 14.206/2020, que atualiza a Lei nº

11.445/2007 e que são regulamentadas pelo Decreto nº 7.217/2010), a política tarifária também é de grande relevância para a sustentabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Visa buscar um ponto de equilíbrio, que permita oferecer condições semelhantes de qualidade e de acesso aos serviços para todos os cidadãos atendidos pela CASAN, ao mesmo tempo que iniba o consumo supérfluo, evitando o desperdício de recursos.

A CASAN tem o direito assegurado de solicitar às Agências Reguladoras reajustes tarifários a cada 12 meses. Em julho de 2023,

com autorização das agências reguladoras, a CASAN aplicou reajuste tarifário de 6,35%, referente ao período de março/2022 a março/2023.

A Companhia adota na sua política tarifária, como referência, uma tabela tarifária única, separada por categorias de usuários e com escalas por faixas/quantidades crescentes de volume fornecido, vigente para todos os municípios que detém a concessão/contrato para exploração dos serviços de abastecimento de água e de coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

QUADRO 4 - REAJUSTE TARIFÁRIO - 2015 A 2023

Ano reajuste de Reajuste	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Percentual (%)	11,94	10,81	6,08	4,39	2,61	-	2,55	16,01	6,35

QUADRO 5 - TABELA TARIFÁRIA

Intervalo R\$/m ³	Residencial	Residencial Social	Comercial	Micro Pequeno Comércio	Idustrial	Pública Órgãos públicos federais, estaduais e municipais	Pública Especial Entidades filantrópicas
TFDI R\$/mês	37,31	6,96	37,31	37,31	37,31	37,31	11,19
0 a 10	2,48	0,47	5,49	3,87	5,49	5,49	1,64
11 a 25	11,53	3,31	15,41	15,41	15,41	15,41	4,62
26 a 50	15,41	15,41	15,41	15,41	15,41	15,41	4,62
Acima de 50	19,39	19,39	19,39	19,39	19,39	19,39	19,39

1 metro cúbico (m3) = 1 mil litros de água
 (*) TFDI - Tarifa Fixa de Disponibilidade de
 Infraestrutura
 (**) Tarifa de Esgoto = 100% do valor da
 tarifa de Água

7.1 TARIFA SOCIAL

Em dezembro de 2023 a CASAN possuía enquadradas na Tarifa Social um total de 9.782 unidades autônomas, tarifa essa com valor subsidiado pelas demais categorias, com valor reduzido equivalente a aproximadamente 20% da tarifa residencial em vigor, permitindo maior inclusão social através do acesso aos serviços de saneamento.

A Tarifa Social possui prazo de validade de 24 meses, sendo que todos os usuários enquadrados devem, nesse período, realizar o recadastramento do benefício.

8. INVESTIMENTO EXECUTADOS

No ano de 2023, a CASAN investiu R\$462 milhões em seus sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A ampliação do esgotamento sanitário recebeu 50% desses recursos, 49% dos investimentos foram direcionados às ações relacionadas ao abastecimento de água e 1% aplicados em ações administrativas, comerciais e operacionais que atendem tanto água quanto esgoto.

Em virtude da capacidade financeira da Companhia, o total investido em 2023 foi inferior a 2022, contudo, ainda está num patamar superior aos demais anos do período histórico, como pode ser observado no quadro seguinte.

QUADRO 6 - EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS – 2018 A 2023 - (R\$ MIL)

Distribuição dos Investimentos	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total no Período	%
Água	33.933	52.471	77.243	129.353	301.606	224.556	819.162	39
Esgoto	173.352	192.600	270.525	110.102	196.250	230.823	1.173.652	56
Outros	31.076	0	28.029	12.806	35.167	6.674	113.752	5
Total	238.361	245.071	375.797	252.261	533.023	462.053	2.106.566	100

Os principais investimentos realizados ao longo de 2023 (em termos de montantes aplicados), para a implantação, melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário foram executados nos seguintes municípios:

QUADRO 7 – PRINCIPAIS INVESTIMENTOS NO ANO (EM TERMOS DE RECURSOS APLICADOS)

MUNICÍPIO(S)	SISTEMA	OBRA
FLORIANÓPOLIS	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (Bacias D/F)
FLORIANÓPOLIS	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Saco Grande
SÃO JOSÉ e FLORIANÓPOLIS	Esgoto	Construção da Estação de Tratamento de Esgoto do Sistema Integrado de Potecas
FLORIANÓPOLIS	Esgoto	Ações Complementares de Saneamento Básico e Proteção ao Meio Ambiente
BAL. BARRA DO SUL	Esgoto	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário
SÃO LOURENÇO DO OESTE	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário
DIVERSOS	Água	Aquisição de tubulações
XANXERÊ, XAXIM e CHAPECÓ	Água	Construção da captação no Rio Chapecozinho (Sistema Integrado)
FLORIANÓPOLIS	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário dos Ingleses
CURITIBANOS	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário
MAFRA	Esgoto	Implantação do Sistema Integrado de Esgotamento Sanitário
MUNICÍPIOS DIVERSOS	Água	Ampliação da Reservação

Além das obras destacadas acima, foram realizados diversos outros investimentos como: ampliações, melhorias e manutenções de redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitários, perfuração de novos poços, compra e instalação de equipamentos eletromecânicos, equipamentos leves e pesados.

Especificamente sobre esgotamento sanitário, cinco obras entraram em operação em 2023, as quais beneficiaram as cidades de Balneário Barra do Sul, Florianópolis (Ingleses – em operação parcial), Catanduvas, Curitibaanos (em operação parcial) e Itá (em operação parcial), fazendo com que a cobertura de esgoto do Es-

tado se elevasse em 2,2%, passando de 32,4% em 2022 para uma cobertura de 34,6%¹ em 2023.

Outros importantes investimentos em esgotamento sanitário prosseguem para elevar a cobertura de coleta e tratamento nas cidades catarinenses. Na capital, a Companhia possui em andamento a ampliação do Sistema de Esgoto Insular e a implantação do Sistema Saco-Grande/Monte Verde, assim como a conclusão da interligação dos bairros Cacupé, Sambaqui e Santo Antônio. Nas demais regiões do estado, a CASAN avança com obras nas cidades de Anita Garibaldi, Garopaba, Passo de Torres, Balneário Barra do Sul, Ipira-Piratuba, Itá, Mafra, Palmeira, Piçarras, Santo Amaro da Imperatriz, São Lourenço do Oeste, Urubici, Xaxim, Xanxerê, Urupema, Curitiba e Chapecó (bairros Jardim América e Vila Rica). Adicionalmente, estão em andamento projetos para implantação da infraestrutura de esgoto em Barra Velha, Biguaçu, Catanduvas, Garopaba, Laguna, Paim e Rio do Sul.

A Companhia também dá continuidade àquela que será a maior obra de esgotamento sanitário de Santa Catarina: a desativação das lagoas de estabilização de Potecas, em São José, e a construção de uma nova e moderna Estação de Tratamento.

9. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Atualmente, a CASAN conta com 48 projetos em seu portfólio de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). Dentre eles, 36 estão em desenvolvimento, desses, 28 são projetos de pesquisa executados em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Fundação Stemmer para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FEESC) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Este universo de projetos trata sobre diversas áreas de conhecimento, passando por engenharia sanitária e ambiental, engenharia civil, biologia, arquitetura, direito, zootecnia, entre outras. Dos 36 projetos da carteira, 8 são dedicados ao desenvolvimento e inovação na CASAN, abordando desde projetos de inovação incremental (entendidos como projetos de melhoria para as áreas meio e fim da Companhia) até projetos de inovação disruptiva (e.g.: projeto de valorização do lodo produzido por ETEs e ETAs); Implantação do Building Information Modeling (BIM) na Companhia; Implantação do Modelo de Excelência em Gestão do Saneamento Ambiental (MEGSA). A car-

¹ Os dados apresentados de cobertura de esgoto foram calculados com base nos dados de Taxa de Ocupação do IBGE de 2010, pois os dados de Taxa de Ocupação por localidade do censo de 2022 ainda não foram divulgados pelo IBGE.

teira de projetos soma R\$ 21 milhões, sendo que destes R\$ 1,3 milhões estão previstos para ser investidos em 2024.

A CASAN procura inovar na busca por uma alternativa para prestação de serviço de Esgotamento Sanitário em pequenos municípios operados pela Companhia e, em conjunto com as agências reguladoras do Estado de Santa Catarina, está desenvolvendo um piloto para a implementação da coleta programada do lodo de sistemas de tratamento individuais de esgoto. Esta nova alternativa de serviço de esgotamento sanitário foi chamada de “Esgotamento sobre Rodas”. Atualmente 124 municípios já demonstraram interesse no novo modal de atendimento e incorporaram em seus processos de adequação da concessão esta modalidade na sua trajetória de universalização. Demonstrando amadurecimento da ideia, a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Santa Catarina (ARIS-SC) apresentou em 2023 a Resolução Normativa nº 39 que descreve o escopo regulatório do novo serviço a ser prestado pela Companhia. A Companhia buscará realizar o tratamento do lodo com diferentes estratégias, dentre elas o uso de soluções baseadas na natureza (SBNs) que estão no seu rol de pesquisas aplicadas.

Para o desenvolvimento do piloto a CASAN já investiu R\$100 mil na realização do projeto executivo de uma unidade de tratamento dedicada ao lodo dos sistemas individuais que atenderá 7 municípios no extremo Oeste do estado. A obra de construção da unidade já foi contratada por um valor de R\$ 2.3 milhões e será executada no primeiro semestre de 2024. Em paralelo, a CASAN está implantando

uma unidade piloto de gerenciamento de lodo de limpa fossas com a tecnologia de filtros plantados a ser instalada na ETE de Canasvieiras para avaliar estratégias operacionais. A pesquisa é realizada em conjunto com o Grupo de Estudos em Saneamento Descentralizado (GESAD) da Universidade Federal de Santa Catarina e a FEPES (Fundação de Estudos e Pesquisas Sócioeconômicas) e está estimada em R\$ 600 mil ao longo de 4 anos de pesquisa.

Em outra frente a CASAN vem atuando na otimização das suas despesas com energia elétrica. A Companhia é uma grande consumidora de energia no Estado de Santa Catarina, com consumo médio mensal de aproximadamente 18,0 GWh. Deste montante de energia, aproximadamente 25% provêm de contratos de fornecimento de energia elétrica firmados no Ambiente de Contratação Livre, e os outros 75% provêm do mercado regulado com 68% adquirida junto à CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina e cerca de 7% supridos por outras Distribuidoras e Permissionárias. Para atingir o patamar atual, ao longo dos anos de 2022 e 2023 a CASAN investiu R\$500 mil na adequação da sua infraestrutura de forma a possibilitar a migração para o mercado livre. A intenção da Companhia é manter a estratégia e ampliar a participação do mercado livre para 65% da sua demanda até o ano de 2026, inovando para reduzir uma das suas principais despesas operacionais.

Outra grande despesa da Companhia está relacionada a gestão do lodo das ETEs. Nesse sentido a CASAN está participando do edital Cidades Inteligentes – Subvenção Econômica do FINEP (Financiadora

de Estudos e Projetos) para realização de pesquisas para a valoração do lodo que contempla a construção de uma Unidade de Gestão de Lodo (UGL) por secagem solar e a realização de atividades de pesquisa com o lodo desidratado na UGL. O montante a ser investido no projeto é de R\$ 15 milhões, sendo que 50% será despendido pelo FINEP.

10. GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

Todas as organizações enfrentam incertezas que representam riscos e oportunidades, com potencial para destruir ou agregar valor às partes interessadas. A gestão dessas incertezas possibilita tratá-las de forma sistemática, reagindo a mudanças de forma dinâmica e interativa, em consonância aos seus ambientes interno e externo. A CASAN tem destinado esforços para aumentar sua maturidade em relação a risco, compreender em detalhes os riscos mais relevantes e tratá-los de acordo com seu apetite e tolerância, combinando a expertise dos gestores com os sistemas e técnicas de gerenciamento de riscos. Nesse cenário, são propostos planos de ação em resposta aos fatores de risco com elevado grau de exposição, para atenuar a probabilidade de ocorrência e os impactos, caso estes venham a ocorrer em algum momento.

Na CASAN, a gestão de riscos é realizada no nível corporativo e por

processo. O primeiro, voltado ao atingimento dos objetivos estratégicos em sentido amplo, é norteado pela Política de Gestão de Riscos, que institui diretrizes e competências para o gerenciamento dos riscos corporativos, com a finalidade de assegurar a consecução dos objetivos estratégicos, incorporar o contexto de riscos às tomadas de decisões, estimular boas práticas de governança corporativa e aprimorar o desempenho organizacional e o ambiente de controle. O segundo, voltado ao atingimento de objetivos por processo, é regido pela Política de Controles Internos e Conformidade, que institui diretrizes e competências para a estruturação do Sistema de Controles Internos nos processos organizacionais, buscando manter em níveis aceitáveis os riscos de categoria operacional, divulgação e conformidade.

A CASAN possui também um Programa de Integridade, que consiste em um conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva do Código de Conduta e Integridade e demais documentos normativos com a finalidade de prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Companhia e a administração pública. Estão sujeitos ao Código de Conduta e Integridade todos os empregados da CASAN, comissionados, servidores públicos à disposição, estagiários, jovens aprendizes, prestadores de serviços e aqueles que exercem mandato, ainda que transitoriamente, com ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação, ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo.

Além da responsabilidade individual de cada agente público em agir de acordo com os padrões legais e normativos, sob supervisão e orientação de seus superiores hierárquicos, o Programa de Integridade conta com unidades organizacionais que integram uma camada de defesa contra a ocorrência de fraudes e atos de corrupção, atuando no monitoramento contínuo do programa, na manutenção, divulgação e treinamento sobre o Código de Conduta e Integridade, na ampla divulgação do canal de denúncias, no recebimento e tratamento de denúncias, na investigação de casos concretos de integridade, na aplicação de sanções disciplinares, nas diligências relacionadas a terceiros, na identificação, avaliação e tratamento dos riscos de integridade, nos trabalhos de auditoria interna, entre outros.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código de Conduta e Integridade são previstas no Plano de Cargos e Salários (PCS), Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e demais legislações específicas aplicáveis à CASAN, sendo garantido o sigilo nos casos de averiguação de situações de descumprimento ao Código, com a devida confidencialidade das informações de modo a não haver represálias aos denunciantes por quaisquer comunicações e delações.

11. OUVIDORIA

A Ouvidoria desempenha um papel importante na CASAN, concentrando-se em atividades como receber, analisar e encaminhar reclamações de serviços atendidos de forma insatisfatória pelos “Canais de Atendimento - SAC”. Além disso, a missão da Ouvidoria abrange em acompanhar a resolução das demandas, gerir informações recebidas e encaminhar denúncias sobre práticas ilícitas contrárias aos interesses da Companhia, como fraudes, corrupção, falta de ética e desvios de conduta.

Sua principal missão é garantir o direito de todo cidadão que se relaciona com a CASAN, assegurando que suas solicitações sejam analisadas e respondidas dentro dos prazos estabelecidos. Além disso, a Ouvidoria atende demandas encaminhadas pelas Ouvidorias das Agências Reguladoras do Estado de Santa Catarina.

A atuação da Ouvidoria se dá por meio de vários canais, sendo o Sistema Fala.Br (www.CASAN.com.br/ouvidoria) o principal, funcionando como órgão setorial do Sistema Administrativo da Ouvidoria Geral do Estado de Santa Catarina – CGE (cge.sc.gov.br).

O quadro abaixo apresenta as demandas recebidas e tratadas pela Ouvidoria da CASAN em 2023, discriminadas de acordo com sua origem:

QUADRO 8 – DEMANDAS RECEBIDAS PELA OUVIDORIA EM 2023												
CANAIS ATENCIMENTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
AGIR	0	1	1	2	0	1	2	8	0	3	3	2
AFESC	22	35	43	19	25	17	29	24	19	24	26	27
ARIS	0	3	10	10	5	7	4	6	2	3	6	4
Fala.br	170	144	186	129	146	137	142	135	128	127	170	165
OGESC	56	32	29	27	43	38	31	36	37	32	48	53
Totais/mês	248	215	269	187	219	200	203	209	186	189	253	251
Total: 2.634												

Em 2023, a Ouvidoria registrou um total de 2.634 manifestações, alcançando uma taxa de resolução de 98,6%. Essa eficácia foi obtida por meio da aderência estrita aos procedimentos internos, legais e regulatórios.

A abordagem da Ouvidoria fundamenta-se na mediação de conflitos, no aprimoramento contínuo de processos internos e na gestão empresarial, contribuindo significativamente para a desjudicialização, possibilitando a resolução de casos no âmbito administrativo. Além disso, contribui de maneira significativa para a redução de custos internos, promovendo uma gestão mais eficiente.

12. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

12.1 PROJETO MATA CILIAR

Em paralelo aos investimentos em infraestrutura de saneamento, a Companhia investe na conservação ambiental de áreas estratégicas para a qualidade dos mananciais que atendem as cidades. Um dos exemplos é o Projeto de Preservação, Conservação, Recuperação e

Manutenção de Matas Ciliares, desenvolvido desde 2006 em parceria com o Consórcio Iberê na Região Oeste.

O objetivo é isolar e recuperar Áreas de Preservação Permanente (APP), prioritariamente em mananciais de abastecimento público e seus afluentes, conservando os recursos hídricos.

Em 2023 o projeto atendeu 72 propriedades, tendo protegido e/ou recuperado 68,52 hectares de áreas de preservação permanente de nascentes e cursos d'água nos municípios de São Carlos, Águas de Chapecó, Planalto Alegre, Guatambu, Caxambu do Sul, Chapecó e Cordilheira Alta.

Também em 2023, a CASAN contratou projeto de pesquisa junto à UNOCHAPECÓ para avaliar com maior precisão a situação de qualidade dos mananciais que compõem a microbacia do Lajeado São José, principal manancial de abastecimento do município de Chapecó. Por meio deste estudo, foi possível identificar diferentes pontos de preservação e recuperação que serão incorporados na renovação do projeto Mata Ciliar em 2024.

12.2 PROJETO CULTIVANDO ÁGUA

Outro exemplo de trabalho na área de conservação ambiental é o Projeto Cultivando Água, uma parceria entre CASAN e EPAGRI. O

trabalho foi direcionado à conservação da Bacia Hidrográfica do Rio Piçarras. É a partir de seu principal curso de água que a CASAN faz a captação para atender a milhares de moradores e turistas de Balneário de Piçarras.

O projeto foi concluído em 2023 e desenvolveu diagnóstico ambiental que identificou desde o número de agricultores que utilizam este recurso natural nas suas atividades produtivas, quantas nascentes existem e estão preservadas, quais áreas rurais estão adequadas com sua aptidão de uso do solo, se as áreas de preservação permanente estão adequadas segundo a legislação vigente, até quais as áreas degradadas na bacia e quais necessitam ser recuperadas. Além disso, foi apresentado um levantamento dos custos para a recuperação destas áreas neste manancial e uma valoração financeira dos benefícios gerados por se adotar boas práticas agrícolas e a recuperação e preservação ambiental desta bacia.

O objetivo é colocar em prática o pagamento de serviços ambientais, permitindo que a CASAN remunere proprietários rurais pela conservação e recuperação de áreas naturais no entorno de nascentes e rios, além da reserva de água em açudes e quadras de arroz.

A pesquisa de campo foi desenvolvida por equipes da EPAGRI, que trabalharam na caracterização hidrográfica, climática, de solos, da vegetação e do uso e ocupação do solo. Também foram mapeados

proprietários que residem na bacia, as principais atividades agrícolas e as áreas que necessitam de recuperação. Por fim, em 2023, foi apresentado o plano de implementação da metodologia de Pagamento de Serviços Ambientais, ou seja, o plano de implementação do Programa Cultivando Água

A melhora da oferta de água bruta na Bacia Hidrográfica e, por consequência, na captação da CASAN, e também a melhora da qualidade da água são alguns dos benefícios esperados com a recuperação das matas ciliares.

12.3 PROJETO PRODUTOR DE ÁGUA DO RIO CUBATÃO

Desde 2022 a CASAN executa, de forma cooperativa e por intermédio do Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC) e CASAN, o Projeto Produtor de Água na bacia hidrográfica do Rio Cubatão.

Ao longo do ano de 2023 uniram-se esforços entre os partícipes, de-

nominados signatários ao Acordo, para o desenvolvimento e para a aplicação de instrumentos e metodologias visando à implementação do projeto. Este importante trabalho visa a conservação de mananciais e prevê ações para a manutenção e/ou recuperação dos serviços ecossistêmicos, em especial a provisão de água em qualidade e quantidade de forma sustentável.

A bacia do rio Cubatão (do Sul) recebeu investimentos da antiga Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina (SDE), atual Secretaria de Meio Ambiente e Economia Verde (SEMAE) e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), na elaboração de um planejamento estratégico que, além de fazer um diagnóstico de situação da bacia, mostra as áreas prioritárias para a execução de intervenções para conservação da água.

Para a implementação do Projeto proposto há a previsão da criação de um componente tarifário, a ser previamente aprovado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC), com o objetivo de custear os investimentos a serem realizados pela CASAN na execução do projeto, sendo os recursos destinados às ações para a manutenção e/ou recuperação dos serviços ecossistêmicos

realizados a título de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Também no ano de 2023 foi lançado oficialmente o PSA Cubatão com uma reunião de apresentação e convite às instituições com interesse em participar no desenvolvimento e na realização das ações previstas no projeto. Este evento foi realizado pelos técnicos que

compõem o grupo gestor CASAN, ARESC e Secretaria de Meio Ambiente e Economia Verde (SEMAE), com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Amaro da Imperatriz, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Cubatão e Madre, através do Instituto Água Conecta.



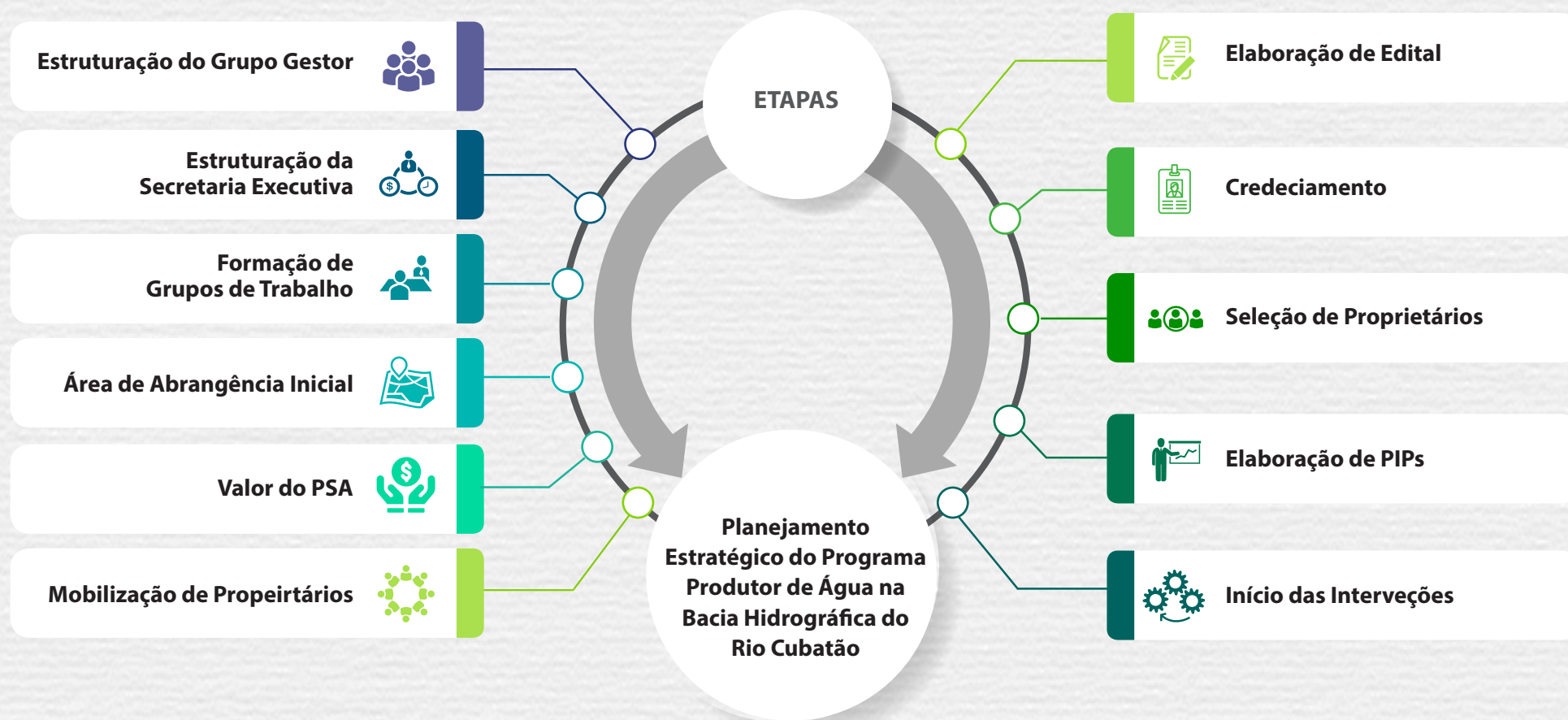
Reunião de apresentação do PPA Cubatão e convite às instituições para compor o Grupo Gestor. (06/06/2023).



Além das instituições signatárias CASAN, SEMAE e ARESC, as potenciais instituições a comporem o grupo gestor, como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Santo Amaro da Imperatriz, Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Ong. The Nature Conservancy (TNC), Polícia Militar Ambiental, Comitê de Bacia Hidrográfica do Cubatão e Madre, entre

outras instituições, foram convidadas para participar e ampliar o Grupo Gestor do PSA Cubatão.

Ao longo do ano de 2023 foram realizadas reuniões periódicas onde foi possível evoluir na elaboração do regimento interno e no desenvolvimento e aprimoramento dos assuntos relacionados ao projeto, cujas etapas futuras são demonstradas na figura abaixo.



12.4 TRATOS PELO SANEAMENTO

Com o objetivo de fiscalizar, prestar orientação técnica gratuita e regularizar as ligações de esgoto, a CASAN lançou em 2016 seu programa Trato pelo Saneamento. O trabalho iniciado em Florianópolis atualmente é também desenvolvido em São José (Trato pelo Araújo), Laguna (Trato por Laguna), Criciúma (Trato por Criciúma e Chapecó (Trato pelo São José).

Em 2023, esse esforço evitou que 1,2 bilhão de litros de esgoto fossem despejados sem tratamento no ambiente. O valor é equivalente a 480 piscinas olímpicas de 2,5 milhões de litros de esgoto que transbordariam para o solo, rios, mar ou praias. Somente no ano passado, mais de 19 mil imóveis foram vistoriados e tiveram seu sistema hidrossanitário testado. Mais da metade (51%) apresentaram irregularidades e seus proprietários ou moradores receberam informação sobre como deveriam proceder para adequar as instalações. Quase seis mil providenciaram as alterações.

Assim como levam as vistorias com testes de corantes aos imóveis, as equipes que desenvolvem os Tratos pelo Saneamento executam de forma periódica ações de educação ambiental, compartilhando com a população informações sobre uso responsável da água e boas práticas no uso dos sistemas de esgoto.

12.5 OPERAÇÃO VERÃO

Com investimento de R\$ 40 milhões nas infraestruturas de captação, tratamento e distribuição, a CASAN cumpriu sua missão de fornecer água tratada na Temporada 2023/2024.

Para reforço da segurança hídrica, a Companhia instalou 124 novos reservatórios, equipamentos estratégicos para garantia do abastecimento nos meses de maior consumo. Além disso, 16 novos poços foram perfurados para captação de água bruta.

No Norte da Ilha, que concentra alguns dos balneários mais visitados de Florianópolis, a CASAN atendeu a um aumento de 90% no consumo de água entre Natal e Ano Novo. Em outros municípios litorâneos, como Balneário Barra do Sul, Balneário Piçarras, Barra Velha, Garopaba, Laguna e Passo de Torres, as melhorias asseguraram uma elevação de pelo menos 15% na produção e distribuição de água.

Os investimentos levaram a uma redução de 41% nos registros de falta de água, que de forma geral foram pontuais, principalmente pela necessidade de serviços corretivos como rupturas de redes de distribuição.

12.5.1 TRABALHO PREVENTIVO E BALNEABILIDADE

O trabalho preventivo de limpeza e manutenção nos sistemas de es-

gotamento sanitário é outro destaque na Operação Verão 2023/2024. Desde o final de dezembro, equipes da CASAN executaram manutenções nas principais elevatórias de esgoto da Capital e outras cidades litorâneas. Dessa forma foi assegurada a operação adequada dos sistemas de esgotamento sanitário, que também têm sua capacidade ainda mais exigida nos meses de verão e alto consumo de água. Com foco no acompanhamento da infraestrutura de esgoto e possíveis impactos na balneabilidade, a CASAN ainda trabalhou em parceria com o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA), órgão responsável pelas coletas e análises de avaliação da qualidade das praias. Em diversos locais as coletas e amostras para análises de balneabilidade foram mais constantes, resultados em resultados mais rápidos e seguros para moradores e turistas.

Foram também realizadas pela Diretoria vistorias presenciais nas praias de Florianópolis, com o objetivo de acompanhar a operação de alguns dos principais sistemas de esgotamento sanitário nas praias. Foi verificada in loco a infraestrutura operada pela CASAN e a interferência das chuvas, enxurradas e ligações clandestinas de esgoto na rede de drenagem, assim como seu impacto na balneabilidade.

Além de investir em infraestrutura, manutenção preventiva e fortalecimento das equipes, a CASAN reforçou neste verão as orientações para uso responsável da água. A divulgação de boas práticas foi realizada por meio de veículos tradicionais de comunicação e a Companhia trabalhou essa temática também em suas redes sociais, levando ao público orientações e sugestões de boas práticas para uso consciente da água.

13. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

A entrega de novos sistemas de esgotamento sanitário e a continuidade no reforço da infraestrutura de abastecimento em municípios de todas as regiões de Santa Catarina são marcos nas ações da CASAN no ano de 2023.

Para atender a meta de elevar a coleta e tratamento de esgotos, a Companhia inaugurou os sistemas de Barra Velha e dos Ingleses/Santinho, em Florianópolis. A CASAN também avançou nas obras do Sistema Insular e do Sistema de Esgotamento Sanitário Saco Grande/Monte Verde, grandes infraestruturas em implantação na Capital. Houve ainda progresso naquela que é uma das maiores obras de saneamento em Santa Catarina: a construção da nova Estação de Tratamento de Esgoto de Potecas, em São José.

Mantendo sua estratégia de ampliar o atendimento de coleta e tratamento em todo o Estado, as obras de diversos outros novos sistemas de esgoto, ou ampliações, também avançaram em Balneário Piçarras, Catanduvás, Coronel Freitas, Curitibaanos, Ipira-Piratuba, Itá, Mafra, Maravilha, Rio do Sul, Santo Amaro da Imperatriz, São Joaquim, São Lourenço do Oeste, Xaxim, Xanxerê e Urupema.

Em relação ao abastecimento, Santa Catarina continuou sendo atendida com investimentos para ampliação e reforço nas estruturas de captação, tratamento, bombeamento, distribuição e reserva de água. Novos poços foram perfurados para garantia da captação de água,

principalmente em períodos de estiagem e durante a temporada, período de alto consumo.

A maior obra de abastecimento em execução pela Companhia, o Projeto Chapecozinho, também prosseguiu para trazer mais condições de enfrentamento da escassez hídrica no Oeste e beneficiar moradores de seis municípios da região: Bom Jesus, Chapecó, Coronel Freitas, Cordilheira Alta, Xaxim e Xanxerê.

Entre os diversos investimentos na área de abastecimento, merece também destaque o início da construção de uma nova estação de tratamento de água para Araquari. Para essa que é uma das cidades que mais cresce no Estado, a CASAN iniciou a construção de uma ETA com capacidade para tratar até 200 litros de água por segundo, somente em sua primeira etapa.

13.1 INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

O reconhecimento em diferentes premiações, assim como o desenvolvimento de novas ações envolvendo Ciência, Tecnologia e Inovação também estão entre os marcos de 2023.

Em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e UFSC, a Companhia está investindo em mais de 30 projetos de pesquisa relacionados com a Lagoa da Conceição e sintonizados com os Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável da ONU. Dessa forma, a CASAN reforça sua responsabilidade social e ambiental, colaborando com a busca de alternativas para melhoria desse ambiente que é também um dos importantes cartões postais de Santa Catarina. Resultados preliminares foram apresentados em 2023 para a comunidade e os estudos prosseguem. Em 2023 a CASAN também trabalhou para colocar em prática um projeto que terá recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para implantar uma planta piloto de secagem solar de lodo de Estações de Tratamento de Água e Estações de Tratamento de Esgoto. O projeto foi selecionado no edital Cidades Inteligentes e Sustentáveis do Ministério da Ciência e Tecnologia e permitirá a estruturação de uma Unidade de Gerenciamento do Lodo (UGL) junto à Estação de Tratamento de Esgotos de Canasvieiras.

Com objetivo de redução da principal despesa operacional da Companhia, que é a energia elétrica, a CASAN ainda inovou ao entrar no Ambiente de Contratação Livre de Energia Elétrica. Com essa estratégia, e oito unidades de água e esgoto operando nesse sistema, a Companhia obteve em 2023 a uma economia de quase R\$ 2 milhões. Algumas das inovações foram reconhecidas em premiações. Entre as conquistas está o primeiro lugar na etapa estadual do 13º Prêmio Ser Humano, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos. A premiação foi obtida na categoria Gestão de Pessoas - Modalidade ESG, com o case “Desenvolvendo ESG a partir da Universidade Corporativa: a experiência da CASAN”.

O certificado Empresa Cidadã, concedido pelo Programa Novos

Caminhos, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) é outro reconhecimento em 2023. A CASAN conquistou essa homenagem pelo Programa Jovem Aprendiz. Além disso, o projeto CASAN Sem Papel ficou em terceiro lugar no Prêmio Inovação Catarinense, categoria Governo Inovador, da FAPESC. Desde que entrou em operação, em 2019, o CASAN Sem Papel trouxe ganhos como a economia de aproximadamente R\$10 milhões com impressões, transporte e armazenamento. O trabalho reforça as práticas de sustentabilidade e o posicionamento da CASAN como membro signatário do movimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Santa Catarina.

13.2 DESAFIOS

O ano de 2023 trouxe também desafios, como a recuperação e ma-

nutenção do abastecimento para a população em períodos de fortes chuvas, enxurradas e alagamentos. Foi também um momento de união no atendimento da população da Comunidade do Sapé, em Florianópolis, onde no mês de setembro ocorreu o rompimento do reservatório R4.

Com ações desenvolvidas desde os primeiros minutos após a ocorrência, iniciando o pagamento das indenizações à população atingida em 3 dias úteis após a data do rompimento, a Companhia encerrou em tempo recorde, somente quatro meses depois, a indenização de todas 179 as famílias diretamente atingidas. A garantia de refeições, hospedagem, transporte e assistência psicológica, entre outras ações, fizeram parte do plano de ação para enfrentamento desse momento que desencadeou também um conjunto de melhorias internas.



Sistema integrado de Rio do Sul

14. DESEMPENHO OPERACIONAL

Os principais indicadores de desempenho operacional da CASAN estão apresentados no Quadro 9. Vale destacar os índices de atendimento urbano de água e de esgoto, por se tratarem de indicadores que balizam as metas impostas pelo Marco do Saneamento. Em 2023, estes indicadores foram, respectivamente, 99,24% e 34,45%.

QUADRO 9 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES OPERACIONAIS

INDICADORES OPERACIONAIS	UNID.	2018	2019	2020	2021	2022	2023
G06A – Pop. Urb. residente do(s) município(s)	Qtd de pessoas	2.765.468	2.643.095	2.673.751	2.712.492	2.714.337	2.722.141
AG026 – Pop. Urb. atendida com abastecimento de água	Qtd de pessoas	2.676.875	2.578.074	2.610.521	2.684.209	2.688.413	2.701.475
ES026 – Pop. Urb. atendida com esgotamento sanitário	Qtd de pessoas	663.761	682.711	718.009	801.257	878.463	930.525
AG005 - Extensão da rede de água (Km)	Km de rede	14.387	14.542	14.767	15.131	15.236	15.127
ES004 - Extensão da rede de esgotos (Km)	Km de rede	1.684	1.730	1.839	1.781	1.894	1.978
AG006 - Volume de água produzido (1.000 m ³)	Qtd m ³	263.734	257.805	259.189	263.959	272.184	279.637
AG010 - Volume de água consumido (1.000 m ³)	Qtd m ³	158.760	156.848	159.608	160.787	165.308	173.996
ES005 - Volume de esgotos coletado (1.000 m ³)	Qtd m ³	30.391	36.808	37.374	41.950	48.144	53.023
ES006 - Volume de esgotos tratado (1.000 m ³)	Qtd m ³	30.387	36.808	37.374	41.950	48.144	53.023
IN023 - Índice de atendimento urb. de água	Percentual	96,80	97,54	97,64	98,96	99,04	99,24
IN024 - Índice de atendimento urb. de esgoto*	Percentual	24,00	25,83	26,85	29,54	32,68	34,45
IN049 - Índice de perdas na distribuição	Percentual	40,09	39,47	39,48	39,25	39,30	37,74

*Não considera ajustes relativos às áreas com atendimento próprio de esgoto.

QUADRO 10 - EVOLUÇÃO DAS LIGAÇÕES E ECONOMIAS DE ÁGUA – 2018-2023

ESPECIFICAÇÃO		2018	2019	2020	2021	2022	2023
RESIDENCIAL	ligações	714.726	737.773	746.013	763.314	746.013	777.996
	economias	1.015.959	1.054.249	1.072.512	1.104.749	1.072.512	1.132.894
COMERCIAL	ligações	41.177	42.785	43.701	45.004	43.701	46.494
	economias	92.596	103.084	104.443	107.309	104.443	110.394
INDUSTRIAL	ligações	5.143	5.595	5.792	6.166	5.792	6.541
	economias	6.085	6.679	6.828	7.104	6.828	7.493
PÚBLICA	ligações	12.319	12.563	12.604	12.745	12.604	12.951
	economias	14.836	15.185	15.239	15.429	15.239	15.662
TOTAL ÁGUA	ligações	773.366	798.716	808.110	827.229	808.110	843.982
	economias	1.129.476	1.179.197	1.199.022	1.234.591	1.199.022	1.266.443
Crescimento Anual	ligações	-1,3%	-0,6%	3,3%	1,2%	2,4%	4,4%
	economias	-0,6%	-0,2%	4,4%	1,7%	3,0%	5,6%
Índice de Hidrometração		99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%	99,6%

Fonte: SCI

A evolução ao longo do tempo do número de ligações e economias de água, conforme demonstrado no Quadro 10, é decorrente do crescimento vegetativo da população de Santa Catarina bem como da ampliação do alcance dos sistemas de abastecimento de água e das entradas e saídas de municípios da base de clientes.

QUADRO 11 - EVOLUÇÃO DO VOLUME FATURADO DE ÁGUA – 2018-2023 (1.000M³)

CATEGORIA	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Residencial	148.044	147.899	127.799	121.341	124.192	130.824
Comercial	16.777	16.541	12.161	11.815	12.860	13.705
Industrial	2.765	3.187	2.992	2.991	2.933	3.124
Pública	26.581	24.322	22.256	24.488	27.570	31.444
Total	194.167	191.948	165.208	160.634	167.554	179.098
Variação Anual	0,5%	-1,1%	-13,9%	-2,8%	4,3%	6,9%

Fonte: SCI

Em 2023, percebe-se uma evolução no volume faturado de água acima das taxas de crescimento dos números de ligações e unidades autônomas. Dessa forma, é possível afirmar que houve uma ampliação no consumo da população e/ou uma melhora nas medições realizadas em decorrência: da renovação do parque de hidrômetros e/ou da ampliação das leituras presenciais.



Estação de Tratamento de Água da Lagoa do Peri, Florianópolis

QUADRO 12 - EVOLUÇÃO DAS LIGAÇÕES E ECONOMIAS DE ESGOTO – 2018-2023

ESPECIFICAÇÃO		2018	2019	2020	2021	2022	2023
RESIDENCIAL	ligações	82.327	87.094	89.295	102.976	117.513	124.812
	economias	220.696	231.326	239.373	264.401	288.885	308.002
COMERCIAL	ligações	11.064	11.455	11.877	13.259	14.624	15.433
	economias	33.777	33.583	41.612	45.075	48.352	50.641
INDUSTRIAL	ligações	744	744	777	890	1.090	1.136
	economias	947	956	1.123	1.246	1.391	1.460
PÚBLICA	ligações	1.772	1.854	1.930	2.144	2.361	2.514
	economias	2.495	2.584	2.767	3.034	3.273	3.448
TOTAL ESGOTO	ligações	95.907	101.147	103.879	119.269	135.588	143.895
	economias	257.915	268.449	284.875	313.756	341.901	363.551
CRESCIMENTO ANUAL	Ligações	5,6%	5,5%	2,7%	14,82%	13,7%	6,1%
	Economias	3,8%	4,1%	6,1%	10,14%	9,0%	6,3%

Fonte: SCI

A evolução das ligações e economias de esgoto decorre principalmente da ampliação do alcance dos sistemas de coleta de esgotamento sanitário. Os principais municípios onde ocorreram implantação ou ampliações dos sistemas de esgoto foram: Catanduvas (ampliação), Curitiba (ampliação), Itá (implantação parcial), Chapecó (ampliação), Criciúma (ampliação), Florianópolis (ETE Ingleses – implantação parcial), Rio do Sul (implantação parcial), Balneário Barra do Sul (implantação parcial), Balneário Piçarras (ampliação) e São José (ampliação).

QUADRO 13 - EVOLUÇÃO DO VOLUME FATURADO DE ESGOTO – 2018-2023 (1.000m³)

CATEGORIA	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Residencial	31.044	32.428	28.263	27.695	30.916	33.562
Comercial	6.127	6.270	4.377	4.395	5.215	5.587
Industrial	342	636	291	323	391	470
Pública	2.093	2.201	1.674	1.799	2.134	2.306
Total	39.606	41.536	34.606	34.214	38.657	41.927
Variação Anual	4,5%	4,9%	-16,7%	-1,1%	13,0%	8,5%

Fonte: SCI

O crescimento do volume faturado de esgoto verificado em 2023 acompanha o crescimento observado no número das ligações, ou seja, decorre, majoritariamente, das ampliações no atendimento realizadas no ano.

15. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No exercício de 2023 a CASAN auferiu receita superior a R\$1,8 bilhão em decorrência da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. Este valor é 16% superior ao apurado no exercício anterior, em decorrência dos reajustes tarifários aprovados em 2022 (16,01%) e 2023 (6,35%) e da conclusão de algumas obras que geraram incremento de receita de esgoto.

As tarifas decorrentes dos serviços de abastecimento de água foram responsáveis por 78% da receita obtida em 2023, ou seja, R\$1,4

bilhão. Outros R\$379 milhões foram auferidos com tarifas nas operações de esgotamento sanitário, o que representa 21% da receita apurada no ano. Além disso, a CASAN auferiu R\$21 milhões (1%) com a prestação de outros serviços, como a execução de ligações, acréscimos por impontualidade, consertos de hidrômetros etc.

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$1,5 bilhão em 2023, representando um aumento de 17% em relação ao exercício anterior. Contribuíram para essa elevação os incrementos observados

em despesas com precatórios e ações judiciais na ordem de R\$24 milhões, recomposição de pavimentação e as perdas eventuais e extraordinárias. Parte desses gastos está relacionada ao rompimento de um reservatório da Companhia, evento que ocorreu em setembro de 2023, onde foram gastos R\$9,5 milhões com indenizações e R\$ 7,2 milhões com a perda do Reservatório. A inflação também ocasionou, de modo geral, a elevação dos gastos com materiais e serviços contratados e com a folha de pagamento e os encargos trabalhistas.

Da mesma forma, observou-se a ampliação de 87% na despesa financeira líquida da Companhia, que foi apurada em aproximadamente R\$182 milhões no ano de 2023. Contribuíram para isso a ampliação das despesas com juros referentes aos financiamentos, decorrente de novas contratações de CCBs e da emissão de debêntures.

Esses fatores conduziram à redução de 45% no resultado líquido do exercício, que passou de aproximadamente R\$92 milhões em 2022 para cerca de R\$51 milhões em 2023.

QUADRO 14 – COMPARATIVO RESULTADO CASAN 2018 – 2023 (R\$ MIL)

INDICADORES	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receita Operacional	1.197.061	1.239.629	1.261.014	1.342.338	1.555.736	1.803.376
Custos / Despesas	(1.264.126)	(968.361)	(983.786)	(1.063.743)	(1.319.524)	(1.544.374)
Resultado Financeiro	(128.549)	(90.757)	(107.021)	(74.516)	(97.436)	(181.838)
Resultado antes do IR e da CSLL	(195.614)	180.511	170.207	204.079	138.777	77.164
Resultado Líquido do Exercício	(119.225)	119.686	112.504	134.950	91.990	50.743

Analisando o quadro a seguir é possível verificar no ano de 2023 o bom desempenho dos indicadores Ativo Total, Patrimônio Líquido, Receita Operacional Líquida, EBITDA, EBIT, Geração de Caixa, Endividamento de Curto Prazo, Margem EBITDA, Liquidez Geral e Corrente, Dívida Líquida/EBITDA e Impostos/Receita Bruta que apresentaram evolução em relação aos resultados de 2022. Os demais indicado-

res finalizaram 2023 com resultados aquém dos verificados no ano anterior. Esse cenário reflete ainda o movimento de ampliação do atendimento de esgotamento sanitário da CASAN, já que uma parte desses investimentos foi realizada com recursos financiados no ano de 2023 e nos anteriores.

QUADRO 15 – RESULTADO DOS INDICADORES CASAN 2018 – 2023 (R\$ MIL)

INDICADORES	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Ativo Total (AT)	3.326.896	3.559.018	3.767.464	3.907.671	4.343.394	5.015.791
Patrimônio Líquido (PL)	1.246.082	1.257.038	1.324.157	1.671.985	1.860.910	2.003.578
Receita Operacional Líquida (ROL)	1.085.552	1.124.024	1.143.679	1.217.771	1.409.964	1.634.101
Lucro Líquido (LL)	(119.225)	119.686	112.504	134.950	91.990	50.743
Endividamento Geral ((PC + PNC - RD)/AT)	0,62	0,64	0,64	0,57	0,57	0,60
EBITDA	18.797	364.821	393.527	401.145	367.397	466.283
EBIT	(67.064)	271.269	277.228	278.595	236.213	259.003
Geração de Caixa	100.850	350.954	353.739	293.313	304.071	460.261
Endividamento Financeiro (EFT/AT)	0,35	0,36	0,39	0,36	0,38	0,43
Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)	0,24	0,09	0,17	0,10	0,18	0,16
Margem Bruta (LB/ROL)	55,78%	55,08%	50,85%	49,62%	44,37%	41,80%
Margem Operacional (LO/ROL)	-18,04%	16,11%	14,69%	16,14%	9,69%	4,73%
Margem Líquida (LL/ROL)	-10,98%	10,65%	9,84%	11,08%	6,52%	3,11%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	1,73%	32,46%	34,41%	32,94%	26,06%	28,53%
Rentabilidade Patrimonial (LL/(PL + RD))	-9,42%	9,38%	8,37%	7,98%	4,90%	2,51%
Liquidez Geral ((AC + ARLP)/(PC + PNC - RD))	0,61	0,59	0,54	0,60	0,63	0,66
Liquidez Corrente (AC/PC)	0,87	1,32	0,87	1,08	0,76	1,25
Dívida Líquida / EBITDA	57,5	3,1	3,5	3,4	4,5	3,7
Impostos/Receita Bruta ¹	9,32%	13,12%	14,70%	14,4%	12,74%	10,74%

¹ Impostos: PASEP + COFINS + IR + CSLL

Obs.1: Para fins de Análise de Balanço, a Receita Diferida (antigo Resultado de Exercícios Futuros) deve ser retirada do Passivo Não Circulante e incluída no Patrimônio Líquido;

Obs.2: Em 2018 os resultados e os indicadores econômicos foram afetados pelas despesas relacionadas ao Plano de Demissão Voluntária Incentivada;

Obs.3: Em 2023, o Ativo Financeiro de Contrato foi desmembrado do Ativo Intangível, o que impactou no resultado da Liquidez Geral. Ajustamos toda a série histórica em razão dessa alteração.

Obs.4: O indicador Dívida Líquida / EBITDA foi ajustado pela inclusão do arrendamento mercantil.

16. OS PRÓXIMOS ANOS

O setor de saneamento está em transformação. As consequências das alterações no marco legal, aprovado em 2020 estão se mostrando e os desafios para o Brasil estão postos. A universalização não pode mais ser tratada como um sonho distante, mas como uma meta real que deve ser fortemente perseguida e definitivamente atingida. Este ambiente de mudanças é, em si, desafiador e uma oportunidade para a mudança de postura da Companhia.

Em que pese grande parte do esforço deva ser concentrado na ampliação da cobertura de esgotamento sanitário não se pode descuidar do fornecimento de água e no aumento da resiliência hídrica do nosso estado. Estas ações necessitarão de projetos estruturantes, de um efetivo controle das perdas no processo e da adequação ambiental das unidades produtivas.

O desafio do esgotamento está posto e tem representado grande parte dos esforços da Companhia na última década. Sabemos dos avanços, mas temos a consciência que precisamos ir além e mais celeremente, para mudar o conceito do estado neste indicador. Este

esforço irá demandar ações em diversas frentes, desde os investimentos em obras para ampliação das redes e instalação de novas ETEs, até a democratização das ações buscando atender municípios pequenos e áreas de pronunciada ruralidade com estratégias diferenciadas, como o ESGOTAMENTO SOBRE RODAS (sistema individual de esgotamento). A diversificação das fontes de recurso não parece ser suficiente. Reconfigurar a estrutura de capital da empresa é necessário, assim como será preciso avançar em novos arranjos para ampliar a capacidade física, técnica e financeira de execução das obras. Precisaremos fazer mais, melhor e mais rápido, tendo em mente o mais importante: sem deixar ninguém pra trás.

Essa transição só será possível em conjunto. Neste sentido a parceria com agentes privados, seja através de PPPs ou outros arranjos, e com os municípios será fundamental.

Não se tratará apenas de oferecer mais infraestrutura, mas de transformar o setor em uma grande e estruturada cadeia de serviços para a população.

2

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO PATRIMONIAL

em milhares de reais

ATIVO

	NOTAS	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE			Reclassificado
Caixa e equivalentes de caixa	7	46.907	351
Títulos e valores mobiliários	8	408.875	51.989
Contas a receber de clientes	9	283.815	272.133
Partes relacionadas	22.1	5.899	5.388
Estoques	10	130.523	130.961
Impostos e contribuições antecipados/recuperar	11	28.269	54.799
Outros	12	13.406	16.501
		917.694	532.122
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Contas a receber de clientes	9	22.416	27.419
Depósitos dados em garantia	20	108.598	116.551
Ativo fiscal diferido	14	53.326	60.611
Direito de Uso de Bem	3.21	45.462	14.837
Ativo Financeiro Municipalizado	13.2	5.193	8.325
Ativo Financeiro de Contrato	13.1	830.929	791.602
		1.065.924	1.019.345
Investimentos		34	34
Imobilizado	15.3	60.935	58.489
Intangível	15.2	1.672.527	1.590.291
Ativo de Contrato	15.1	1.298.677	1.143.113
		3.032.173	2.791.927
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.098.097	3.811.272
TOTAL DO ATIVO		5.015.791	4.343.394

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONTINUA



PASSIVO

	NOTAS	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE			Reclassificado
Empréstimos e financiamentos	16	338.750	305.919
Fornecedores e empreiteiros		102.919	141.913
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	17	81.878	59.091
Plano de demissão voluntária incentivada	21.2	89.523	85.872
Impostos e contribuições a recolher	18	77.873	74.318
Dividendos propostos	24	12.053	21.849
Contratos de Arrendamento Mercantil	3.21	28.112	11.872
Outros		2.790	3.310
Total do Passivo Circulante		733.898	704.144
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	16	1.804.019	1.353.375
Partes relacionadas	22.1	41.038	27.271
Impostos e contribuições a recolher	18	77.169	4.755
Plano de demissão voluntária incentivada	21.2	115.896	195.678
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e participações	17	3.176	3.176
Provisão para contingências	20	77.309	79.891
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	60.901	66.187
Plano previdenciário	21.1	59.011	25.125
Contratos de Arrendamento Mercantil	3.21	21.530	4.615
Receita diferida	23	18.266	18.266
Total do Passivo Não Circulante		2.278.315	1.778.339
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24		
Capital social		1.224.547	1.118.641
Adiantamento para futuro aumento de capital		120.000	86.663
Reserva de reavaliação		78.424	80.546
Ajuste patrimonial		73.186	84.461
Reserva legal		37.425	34.887
Reserva para fundo de investimentos		503.626	457.135
Outros resultados abrangentes (ORA)		(33.630)	(1.422)
Lucros/(Prejuízos)		-	-
		2.003.578	1.860.911
TOTAL DO PASSIVO		5.015.791	4.343.394
Patrimônio Líquido/Ação		1,9272	1,9594

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em milhares de reais

	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.634.101	1.409.964
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(951.076)	(784.342)
LUCRO BRUTO	683.025	625.622
DESPESAS OPERACIONAIS		
Com vendas	(108.378)	(91.636)
Gerais e administrativas	(321.356)	(314.095)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	5.711	16.322
	(424.023)	(389.409)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	259.002	236.213
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	36.854	32.968
Despesas financeiras	(218.692)	(130.404)
	(181.838)	(97.436)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	77.164	138.777
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Corrente	(24.422)	(52.461)
Diferido	(1.999)	5.674
	(26.421)	(46.787)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS	50.743	91.990
Participações estatutárias	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	50.743	91.990
QUANTIDADE DE AÇÕES (Em milhares)	1.039.655	949.740
Lucro por lote de mil ações	0,04881	0,09686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em milhares de reais

31/12/2023

31/12/2022

FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES

	31/12/2023	31/12/2022
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	50.743	91.990

Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:

Depreciação e amortização	172.495	109.706
Depreciação - Crédito de Tributos	9.668	7.545
AVP Direito de uso de bem	2.530	214
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.999	(5.674)
Provisão para contingências	(2.582)	1.766
Variação Cambial não realizada	-	(27.240)
Outros Ajustes	-	993
Alienação imobilizado	317	920
	235.170	180.220

Redução (aumento) nos ativos:

Contas a receber de clientes	(6.679)	(53.300)
Partes relacionadas	(511)	(538)
Estoques	438	(64.930)
Ativos financeiros	3.132	4.165
Depósitos dados em garantia	7.953	(12.602)
Impostos e contribuições a recuperar	26.529	29.288
Convênios com Prefeituras	3.908	679
Outros	(812)	(2.088)
	33.958	(99.326)

CONTINUA



Em milhares de reais

	31/12/2023	31/12/2023
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	278.043	84.003
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições imobilizado e intangível	(462.053)	(533.024)
Variação cambial dos investimentos financiados		(62.440)
Baixa de imobilizado e intangível devido a municipalização	-	-
Ajuste de transferências		
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(462.053)	(595.464)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adições nos empréstimos e financiamentos	1.072.214	462.466
Amortização nos empréstimos e financiamentos	(588.738)	(113.211)
Ajustes patrimoniais e outros	(3.059)	(4.028)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	120.000	100.000
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	(32.208)	24.043
Aumento de Capital	19.243	7
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	587.452	469.277
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	403.442	(42.184)
Caixa e aplicações de liquidez imediata no início do exercício	52.340	94.524
Caixa e aplicações de liquidez imediata no final do exercício	455.782	52.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

	Capital social	Resultados abrangentes			Reservas de lucros		Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reavaliação	Ajuste patrimonial	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva p/ Plano de Investimentos			
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2021	1.030.563	83.116	96.769	(25.466)	30.288	381.011	45.851	-	1.642.132
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES									
Realização da reserva de reavaliação		(3.820)	(12.338)					16.158	-
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação		1.299	4.195					(5.494)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(4.165)						(4.165)
Revisão Tributos de Reavaliação									-
Baixa de investimentos								(269)	(269)
Outros Ajustes		(49)						186	137
Outros resultados abrangentes (ORA)				24.044					24.044
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital							100.000		100.000
Governo do Estado (em espécie)							993		993
Governo do Estado (reclassificação de contas)									-
Aumento de Capital									-
Realização de Ações a Subscriver (dividendos 2021)	27.890								27.890
Realização de Ações a Subscriver (em espécie)	60.188						(60.181)		7
Lucro líquido do exercício								91.990	91.990
Destinação dos lucros/(Prejuízo)	-								
Dividendos propostos								(21.848)	(21.848)
Reserva legal					4.599			(4.599)	-
Reserva para fundo de investimentos						76.124		(76.124)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	1.118.641	80.546	84.461	(1.422)	34.887	457.135	86.663	-	1.860.911

CONTINUA



Em milhares de reais

	Capital social	Resultados abrangentes			Reservas de lucros		Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reavaliação	Ajuste patrimonial	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva p/ Plano de Investimentos			
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2023	1.118.641	80.546	84.461	(1.422)	34.887	457.135	86.663	-	1.860.911
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES									
Realização da reserva de reavaliação		(3.210)	(12.338)					15.548	-
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação		1.091	4.195					(5.286)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial			(3.132)						(3.132)
Baixas de investimentos								(33)	(33)
IRPJ prov. a maior em 2022 - FIA								105	105
Outros Ajustes		(3)						3	
Aumento de Capital	105.906						(105.906)		
-									
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital									-
Governo do Estado (em espécie)							120.000		120.000
Governo do Estado (dividendos)							19.243		19.243
Lucro líquido do exercício								50.743	50.743
Destinação do Resultado									
Reserva legal					2.538			(2.538)	
Dividendos								(12.051)	(12.051)
Reserva para plano de investimentos						46.491		(46.491)	
Outros resultados abrangentes				(32.208)					(32.208)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.224.547	78.424	73.186	(33.630)	37.425	503.626	120.000	-	2.003.578

DEMONSTRAÇÃO DO VALORE ADICIONADO

Em milhares de reais

	31/12/2023	31/12/2023
1. RECEITAS	1.768.003	1.540.853
1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.803.376	1.555.736
1.2. Outras receitas (despesas) operacionais	5.711	16.323
1.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(41.084)	(31.206)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(642.062)	(555.221)
2.1. Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(348.531)	(276.235)
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(279.692)	(257.984)
2.3. Outras despesas gerais	(13.839)	(21.002)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.125.941	985.632
4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(207.281)	(131.184)
4.1 Depreciação e amortização	(172.495)	(109.706)
4.2 Depreciação - Crédito de Tributos	(9.668)	(7.545)
4.3 Amortização direito uso de bens	(25.118)	(13.933)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	918.660	854.448
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	36.854	32.968
6.1. Receitas financeiras	36.854	32.968
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	955.514	887.416

CONTINUA



Em milhares de reais

	31/12/2023	31/12/2023
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	955.514	887.416
8.1. Pessoal	398.509	336.566
8.1.1. Remuneração direta	295.459	266.072
8.1.2. Benefícios	81.130	75.880
8.1.3. FGTS	22.416	20.058
8.1.4. Plano Demissão Voluntária Incentivada	12.104	36.499
8.2. Impostos, taxas e contribuições	274.970	266.513
8.2.1. Federais	274.624	266.298
8.2.2. Estaduais	280	165
8.2.3. Municipais	66	50
8.3. Remuneração de capital de terceiros	218.692	130.404
8.3.1. Juros	203.587	155.901
8.3.2. Outras	15.105	(25.497)
8.3.2.1. Variações monetárias e cambiais	(15.103)	(27.240)
8.3.2.2. Multas e acréscimos moratórios	21.534	-
8.3.2.3. Outras despesas de financiamentos	8.674	1.743
8.4. Remuneração de capitais próprios	50.743	91.990
8.4.2. Dividendos	12.051	21.848
8.4.3. Lucros retidos	38.692	70.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em milhares de reais

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido do Período	50.743	91.990
Realização da reserva de reavaliação	(15.551)	(16.158)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	(3.132)	(4.165)
Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação	5.286	5.494
Outros Resultados Abrangentes	(32.208)	24.043
Resultado Abrangente do Período	5.138	101.204



Estação de Tratamento de Água da Lagoa do Peri - Florianópolis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2023, em milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma empresa pública de economia mista e de capital aberto, que atua como concessionária do setor de saneamento, por meio de contratos de programas e de convênios, sendo os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais e concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

Considerada uma das maiores empresas do Estado de Santa Catarina, a CASAN beneficia diretamente a uma população residente de mais de 2,7 milhões de pessoas (39% da população do estado de Santa Catarina), em 193 municípios catarinenses (66% dos municípios) e 1 paranaense.

A Companhia também fornece água no atacado para outros quatro municípios clientes, operados com sistemas próprios, que juntos têm uma população superior a 200 mil pessoas.

Dos 194 municípios onde presta os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, 181 possuem Contratos de Prestação

de Serviço em vigor e 12 municípios estão com os Contratos vencidos, sendo que dos 181 municípios que possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor, em 168 foram inseridas as metas de universalização previstas na Lei Federal nº 11.445/2007 e representam aproximadamente 88,5% do faturamento da Companhia.

Nos demais municípios (26) a Companhia permanece operando e realizando as ações de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços, até que os municípios adotem as medidas de sua responsabilidade, previstas na legislação, para a regularização da concessão dos serviços.

Considerando a Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

A Companhia também aguarda a regulamentação da prestação regionalizada do saneamento em Santa Catarina, a fim de oportunizar

novas formas de atendimento, contratualização e expansão da sua atuação no Estado.

No quadro abaixo está demonstrado o quantitativo de municípios que terão o prazo de vencimento dos Contratos de Programa ou Convênios expirados, por ano:

ANO DE VENCIMENTO DOS CONTRATOS VIGENTES Nº DE MUNICÍPIOS					
2024 ► 10	2029 ► 4	2035 ► 2	2041 ► 2	2046 ► 8	2052 ► 1
2025 ► 12	2030 ► 12	2036 ► 18	2042 ► 12	2047 ► 5	2053 ► 1
2026 ► 2	2031 ► 1	2038 ► 3	2043 ► 14	2048 ► 11	2055 ► 1
2027 ► 2	2032 ► 3	2039 ► 1	2044 ► 7	2049 ► 13	2056 ► 2
2028 ► 11	2034 ► 7	2040 ► 3	2045 ► 3	2050 ► 8	2065 ► 2
Total de 181 municípios					

A CASAN tem trabalhado no desenvolvimento dos projetos e execução das obras que visam o cumprimento dos Contratos de Prestação de Serviços e as metas de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário estabelecidos na legislação federal – Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007 e da Lei 14.026 de 15 de julho de 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Seguem ainda as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração.

A emissão das presentes demonstrações contábeis foram autorizadas pela Administração da Companhia em 8 de março de 2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- a. Os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- b. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;
- c. O ativo atuarial de benefício definido-BD é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, sendo a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações do exercício segundo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resul-

tados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão inclusas nas notas explicativas:

Nota 09 – Contas a receber de clientes

Nota 14 – Ativo fiscal diferido

Nota 15 – Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado

Nota 20 – Provisão para contingências

Nota 21 – Benefícios a empregados

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia. As principais práticas e políticas contábeis materiais, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

3.1. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação onde a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos conforme a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº 13.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação onde a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

3.3. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidos como perdas.

3.4. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

3.5. Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos, os mesmos são então bifurcados entre ativo financeiro de contrato e ativo intangível.

3.6. Imobilizado e Intangível

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e Intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação/amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item têm diferentes vidas úteis, elas são regis-

tradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado ou intangível.

Ganhos e perdas na alienação de um item são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado ou intangível é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação ou amortização

Calculada sobre o valor depreciável ou amortizável de um bem, sendo o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros in-

corporados no ativo. Terrenos do imobilizado não são depreciados.

3.7. Capital Social

- Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Dão direito a voto.
- Ações preferenciais: O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Possuem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.8. Redução ao valor recuperável – *Impairment*

Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconheci-

mento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o jul-

gamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos, que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou “UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas

no valor recuperável, relacionadas às UGCs, são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável, reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Consideramos como unidade geradora de caixa cada Superintendência Regional de Negócios, devido às suas características peculiares;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;

- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.
- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;
- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato.

O estudo técnico de 2023 avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

3.9. Benefícios a empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações do exercício para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda onde os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI – Plano de Demissão Voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações do

exercício, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3.11. Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhe-

cidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e
- iii. é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

3.12. Receita de Construção

A concessionária deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção dos bens vinculados à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve

ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado.

A margem de construção adotada pela Companhia é estabelecida como sendo igual a zero, ou seja, margem nula.

3.13. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

3.14. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre em-

préstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

3.15. Impostos sobre receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

3.16. Imposto de renda e contribuição social

Os Impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 mil. A Contribuição Social do exercício corrente e a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro, ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações do exercício.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

3.18. Informações por segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia.

A Companhia possui dois segmentos de negócios identificáveis, apre-

sentados por serviços de água e de esgotamento sanitário. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

3.19. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.20. Direito de Uso – Arrendamento

Os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as De-

monstrações contábeis da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/NBC TG 06 (R3) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se esses contêm ou não arrendamento conforme o IFRS 16/NBC TG 06 (R3). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e ou-

tros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia descontou os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras.

A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada, com efeito cumulativo na data da aplicação inicial:

- i. se teriam ocorrido ajustes por remensuração;
- ii. qual a maturidade dos contratos/vencimento das prestações nos próximos exercícios;
- iii. juros incorridos no período (ajuste a valor presente);
- iv. PIS/COFINS incidentes nas contraprestações.

Os contratos avaliados possuem vencimento máximo de 60 meses e a última parcela a ser liquidada é estimada no exercício de 2026, conforme tabela de arrendamento mercantil abaixo.

MATURIDADE DOS CONTRATOS

VENCIMENTO DAS PRESTAÇÕES	ANO 2023	ANO 2022
2023	-	12.526
2024	30.404	3.898
2025	15.016	908
2026	6.078	22
2027	1.010	-
2028	674	-

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil estão representados da seguinte forma:

ATIVO	31/12/2022	Revisão/ novos contratos	Baixas	Depreciação	31/12/2023
Direito de uso, Contratos de Arrendamento	14.837	52.457	(58)	(21.774)	45.462

PASSIVO	31/12/2022	Revisão/ novos contratos	Amortização	Ajuste a valor presente	31/12/2023
Contratos de Arrendamento Mercantil	16.487	52.432	(19.194)	(83)	49.642
Circulante	11.872				28.112
Não Circulante	4.615				21.530

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

4.1. Gestão de Risco Financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes fatores de riscos financeiros:

Risco de Liquidez

Risco definido como a possibilidade de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, ou mesmo de ter de arcar com custos adicionais para fazê-lo devido à escassez de recursos financeiros suficientes na data estabelecida para cada dívida, tendo em vista como consequência os descasamentos entre fluxos de pagamento e de recebimentos.

O monitoramento da liquidez será baseado, principalmente, nas projeções de fluxo de caixa da Companhia por no mínimo 12 meses, considerando receitas e despesas operacionais e de custeio, geração de caixa operacional, serviço da dívida, desembolso CAPES e possíveis alterações e sazonalidades.

As estratégias para mitigar o risco de liquidez são manter o CMO – caixa mínimo operacional e garantir linhas de crédito disponíveis para o gerenciamento das operações e do fluxo de caixa.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou

contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de mercado

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido

às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela CASAN;

Risco Financeiro

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Análise de Sensibilidade a Taxa de Juros

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade dos juros sobre as aplicações financeiras, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures sujeito a taxa de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas mantidas em reais variassem em torno de 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito (dos juros calculados a taxa

projetada para o período de doze meses ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que acontecer primeiro), seria o demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	INDEXADOR	01/2024 a 12/2024	12,5%	-12,5%	25%	-25%	50%	-50%
Passivo Financeiro		214.993	241.867	188.119	268.741	161.245	322.489	107.496
CAIXA	UPR	15.920	17.910	13.930	19.900	11.940	23.879	7.960
BNDES	URTJLP	210	237	184	263	158	316	105
Debêntures	CDI	173.563	195.258	151.868	216.954	130.172	260.345	86.782
Banco Safra	CDI	2.301	2.588	2.013	2.876	1.726	3.451	1.150
Banco do Brasil	CDI	14.708	16.547	12.870	18.386	11.031	22.063	7.354
ABC	CDI	8.290	9.327	7.254	10.363	6.218	12.436	4.145
	CDI	11,65	13,106	10,194	14,562	8,737	17,475	5,825
	UPR	22,5209	25,3360	19,7058	28,1511	16,8907	33,7814	11,2606
	URTJLP	2,0876	2,3486	1,8267	2,6095	1,5657	3,1314	1,0438

Análise de Sensibilidade a Taxa de Câmbio

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possam gerar impactos significativos. Se as taxas variassem em torno de 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	MOEDA	31/12/2023	+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%
Passivo Financeiro		555.742	625.210	486.274	694.678	416.807	833.613	277.871
AFD	Euro	188.419	211.971	164.867	235.524	141.314	282.629	94.210
JICA	Ien	367.323	413.238	321.408	459.154	275.492	550.985	183.662
	Euro	5,3516	6,02055	4,68265	6,6895	4,0137	8,0274	2,6758
	Ien	0,03422	0,038497	0,029942	0,042775	0,025665	0,05133	0,01711

A Política de Gestão de Riscos Financeiros e Aplicações de Recursos da Companhia está disponível no site de relação com investidores.

4.2. Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da companhia é de assegurar sua capacidade de continuidade para suportar seus investimentos e oferecer retorno aos seus acionistas. A companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros).

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme tabela a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Total de Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	2.142.769	1.659.294
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(46.907)	(351)
(-) Aplicações Financeiras e Títulos (nota 8)	(408.875)	(51.989)
Dívida Líquida	1.686.987	1.606.954
Total do Patrimônio Líquido	2.003.578	1.860.911
Capital Total	4.552.176	4.343.394
Índice de Alavancagem	37%	37%
Participação de Capital Próprio	44%	43%

4.3. Instrumentos Financeiros

Empréstimos e financiamentos: o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de

expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional: são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira: coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia são:

	Valor Contábil = Valor Justo	
	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	46.907	351
Aplicações Financeiras e Títulos	408.875	51.989
Contas a Receber de clientes (líquido de PDD)	306.231	299.552
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional	(1.587.027)	(1.056.380)
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Estrangeira	(555.742)	(602.914)

Considerações gerais:

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa

estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Aplicações financeiras

são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

Títulos e valores mobiliários

são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;

Contas a Receber

decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

5.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

5.2. *Impairment* de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema

de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do impairment dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

5.3. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº20. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas

provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

5.4. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas-chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 21.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

5.5. Mudança de Prática Contábil – Bens vinculados aos contratos de concessão

Até o exercício de 2023 a Companhia tinha como prática contábil o registro dos bens vinculados aos contratos de prestação de serviços de Saneamento e os contratos de programa, firmados com base na Lei Nacional do Saneamento Básico - LNSB nº 11.445/07, no Ativo Intangível.

A partir deste exercício e de acordo com o modelo bifurcado definido pelo ICPC 01 e OCPC 05, a Companhia alterou a forma de registro de todos os contratos para ativo intangível e ativo financeiro de contrato.

Com isso a Companhia passou a reconhecer os ativos financeiros dos contratos onde a vida útil dos bens ultrapassa o prazo contratual. Os ativos financeiros contratuais estão mensurados e reconhecidos pelo valor justo, onde o valor justo é igual ao valor contábil.

Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das demonstrações

contábeis entre os exercícios, a Companhia reclassificou os bens do ativo intangível dos Balanços Patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 para o ativo financeiro de contrato, conforme demonstrado a seguir:

ATIVO	31/12/2022	31/12/2022
	Divulgado	Reclassificado
Ativo Não Circulante		
Ativo Financeiro de Contrato	-	791.602
Ativo Intangível	2.381.893	1.590.291

As demais informações referentes ao Ativo Financeiro de Contrato estão nas Notas Explicativas nº 13.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

As informações dos segmentos operacionais, definidos com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas e revisados pela Diretoria Executiva, são os seguintes:

	31/12/2023		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	1.423.904	379.472	1.803.376
Deduções da receita bruta	(98.541)	(35.823)	(169.275)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	1.290.452	343.649	1.634.101
Amortização operacional			(120.610)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(830.466)
Lucro bruto			683.025
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(429.734)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			5.711
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			259.002

	31/12/2022		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	1.233.445	322.291	1.555.736
Deduções da receita bruta	(115.591)	(30.181)	(145.772)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	1.117.854	292.110	1.409.964
Amortização operacional			(101.810)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(682.532)
Lucro bruto			625.622
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(405.731)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			16.322
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			236.213

*Receitas e Custos apresentados líquidos das Receitas e Custos de Construção.



ETE Insular de Florianópolis

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
		Reclassificado
Total do Ativo Circulante	917.694	532.122
Contas a receber de clientes, líquido	22.416	27.419
Ativo financeiro municipalizado	5.193	8.325
Depósitos dados em garantia	108.598	116.551
Ativo fiscal diferido	53.326	60.611
Direito de uso de bem	45.462	14.837
Total do ativo não circulante	234.995	227.743
Investimentos	34	34
Imobilizado	60.935	58.489
Ativo de contrato	1.298.677	1.143.113
Ativo financeiro de contrato	830.929	791.602
Ativo intangível	1.672.527	1.590.291
Ativos dos segmentos reportados	3.863.102	3.583.529
Ativo total, conforme balanço patrimonial	5.015.791	4.343.394

Receita Operacional por Superintendência:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Metropolitana	618.346	247.407	523.043	213.283
Sul/Serra	259.394	59.955	223.871	47.347
Oeste	309.314	51.968	267.606	44.269
Norte/Vale	236.850	20.142	218.925	17.392
Total	1.423.904	379.472	1.233.445	322.291

Receita Operacional por Município:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Florianópolis	324.103	183.691	285.395	159.470
Chapecó	85.780	35.155	74.166	30.433
Criciúma	102.378	43.114	89.371	33.380
Rio do Sul	38.076	654	33.146	-
São José	137.946	53.205	120.372	46.312
Outros	735.621	63.653	630.995	52.696
Total	1.423.904	379.472	1.233.445	232.621

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem bens numerários e depósitos bancários livres para uso imediato, como segue abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Bens numerários	-	-
Bancos	46.907	351
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	46.907	351

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$408.875 (R\$51.989 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas, sem destinação específica no seu uso.

8.1. Política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos

Foi aprovada em 14 de dezembro de 2022 a política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos que instituiu diretrizes e competências que devem ser observadas pela Companhia, por todos os empregados e administradores.

8.2. Reconhecimento de perda em investimento

Em 2018 a CASAN possuía cotas nos Fundos de Investimentos Florença e Fromage, recebidos em dação de pagamento de um acordo extrajudicial. Em 2019 as cotas foram centralizadas no fundo Fromage. Posteriormente o fundo foi avaliado a valor zero e a Companhia reconheceu a perda patrimonial de aproximadamente R\$14 mi, que foi baixado contabilmente ao reconhecer o ajuste a valor justo em dezembro de 2020 e em 2021 ocorreu a liquidação do fundo, resultando na conversão das cotas de participação na investida, quando passou a CASAN a ser titular do capital social da empresa SM4 Indústria e Comércio de Laticínios.

Em razão dessa perda, a CASAN realizou uma auditoria internamente, processo de sindicância e Tomada de Contas Especial, e encaminhou o processo ao Tribunal de Contas (sob o nº TCE 22/00496456) e à Comissão de Valores Mobiliários, o qual tramita sob o nº 19957.013002/2022-10, e se encontram em fase de apresentação de defesas. A empresa SM4 Indústria e Comércio de Laticínios, é uma sociedade anônima de capital fechado, a qual não é dirigida atualmente pela CASAN. A Companhia

deseja realizar a alienação da participação da CASAN, e está em tratativas para prosseguir com esse procedimento de venda.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Consumidores finais	254.566	239.700
Entidades públicas	27.429	11.774
Consumo a faturar	75.521	79.837
(-) Provisão créditos de liquidação duvidosa PCLD	(73.701)	(59.178)
Total Circulante	283.815	272.133
Não circulante		
Consumidores finais	14.924	18.711
Entidades públicas	7.492	8.708
Créditos reconhecidos como perdas	316.742	290.224
(-) Perdas reconhecidas	(316.742)	(290.224)
Total Não circulante	22.416	27.419
Total Contas a Receber de Clientes	306.231	299.552

A seguir apresentam-se as contas a receber em 31 de dezembro de 2023, segregadas por categoria e pela faixa de idade dos saldos:

Categoria	A vencer	< 90 dias	> 90 dias< < 180 dias	> 180 dias< < 720 dias	> 720 dias	Total
Comercial	26.465	5.273	1.947	12.092	35.073	80.850
Industrial	4.032	643	214	1.022	5.799	11.710
Pública	19.345	5.517	3.182	16.286	104.586	148.916
Residencial	113.846	39.449	10.797	44.301	171.284	379.677
Consumo a faturar	75.521	-	-	-	-	75.521
	239.209	50.882	16.140	73.701	316.742	696.674
PCLD	-	-	-	(73.701)	(316.742)	(390.443)
Total Contas a Receber	239.209	50.882	16.140	-	-	306.231

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

	31/12/2023	31/12/2022
Total Estoques, Materiais em almoxarifado	130.523	130.961

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de Renda a compensar	16.441	38.222
Contribuição Social a compensar	6.132	14.174
Impostos retidos a recuperar	5.161	2.226
Outros	535	177
Total	28.269	54.799

12. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas. Esses créditos são apresentados no ativo circulante, salvo se sua realização ocorrer em período superior a um ano após a data da demonstração, quando devem figurar no ativo não circulante.

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a fornecedores	8.442	7.570
Convênios com prefeituras	638	4.545
Adiantamentos a empregados	2.066	2.147
Pagamentos reembolsáveis	1.342	1.288
Outros créditos	918	951
Total	13.406	16.501

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênio de parcerização para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados à medida que esses municípios prestam contas à CASAN.

13. ATIVOS FINANCEIROS

13.1. Ativos Financeiros de Contrato

A Companhia em 2023, (replicado para 2022 vide reclassificação das contas) iniciou o registro dos valores dos ativos operacionais que possuem vida útil superior ao prazo dos contratos de programa e que consequentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato. Estes valores foram reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2023, R\$ 830.929 (R\$ 791.602 em 31 de dezembro de 2022) como ativo financeiro indenizável (municípios), referentes ao montante esperado de recebimen-

to ao final das concessões.

Abaixo demonstramos a movimentação do Ativo Financeiro de Contrato:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Ajustes	Saldo em 31/12/2023
Ativos Financeiros de Contrato	791.602	69.739	(30.412)	830.929

13.2. Ativo Financeiro de Municipalizados

Até 31 de dezembro de 2023 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Financeiro) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Ativos financeiros	Saldo contábil antes dos ajustes	12,5% a.a.	Nº anos restantes	Ajustes até 2022	Saldo contábil em 31/11/2023
Morro da Fumaça	4.438	554	2	3.328	1.110
Bombinhas	6.933	883	1	6.050	883
Ilhota	1.498	188	1	1.310	188
Princesa	189	24	2	142	47
Guabiruba	2.062	258	2	1.547	515
Videira	9.798	1.225	2	7.348	2.450
Total	24.918	3.132		19.725	5.193

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Prefeitura de	Ano saída	Valor inicial	Prefeitura de	Ano saída	Valor inicial
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Ilhota	2017	2.215
Canelinha	2009	4.094	Bal. Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	2.200	S. Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Itajaí	2005	30.000
Itapoá	2007	3.469	Joinville	2005	135.000
Imbituba	2014	25.037	Papanduva	2005	800
Massaranduba	2010	2.486	Três Barras	2011	2.281
Meleiro	2009	571	Timbó	2005	5.000
Palhoça	2007	10.000	Itapema	2005	4.000
Penha	2012	8.896	S. José do Cedro	2014	3.584
Praia Grande	2013	1.078	Lages	2005	110.000
Presidente Getúlio	2010	4.536	Garuva	2012	475
São João Batista	2005	1.900	Gravatal	2015	8.308
Bombinhas	2017	7.100	Videira	2018	9.000
Princesa	2017	191	Guabiruba	2018	3.072

Total de Indenizações, considerando valor inicial, no ano de saída: 482.705

14. ATIVO FISCAL DIFERIDO

A Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza dos ativos	31/12/2023				31/12/2022
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	73.701	18.425	6.633	25.058	20.121
Provisão para contingências trabalhistas	12.002	3.001	1.080	4.081	3.565
Provisão para contingências cíveis	65.307	16.327	5.878	22.205	22.067
Provisão para contingências ambientais	-	-	-	-	1.530
Prejuízo Fiscal	5.829	1.457	525	1.982	13.328
Total	156.839	39.210	14.116	53.326	60.611
Classificação do ativo diferido:					
Realizável a longo prazo				53.326	60.611

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com o CPC 32.

As movimentações do ativo fiscal diferido foram as seguintes:

Imposto de Renda Diferido Ativo	01 de janeiro de 2022	Creditado/Debitado à DRE	31 de dezembro de 2022	Creditado/Debitado à DRE	31 de dezembro de 2023
Provisão para contingências	26.562	601	27.163	(877)	26.286
Provisão créd. deved. Duvidosa	20.541	(421)	20.120	4.938	25.058
Prejuízo Fiscal	13.328	-	13.328	(11.346)	1.982
Ajuste a Valor Justo	-	-	-	-	-
Total	60.431	180	60.611	(7.285)	53.326

15. INTANGÍVEL, ATIVO DE CONTRATO E IMOBILIZADO

Os ativos Intangível, Imobilizado e Ativos de Contrato da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

15.1. Ativos Intangíveis

	31 de dez. de 2022 Líquido	Amortização	Baixas e Ajustes	Aquisições/Transf.	31 de dez. de 2023 Líquido
Sistema de Água	532.938	(87.572)	(244)	154.382	599.504
Sistema de Esgoto	1.057.353	(84.860)	(43)	100.573	1.073.023
Total	1.590.291	(172.432)	(287)	254.955	1.672.527

15.2. Ativos de Contrato

Os Ativos de Contratos (obras em andamento) referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
Produção	341.365	277.166
Distribuição	75.787	59.492
Projetos e obras de operação Imediata	46.904	47.810
Total Água	464.056	384.468
Coleta, tratamento, lançamento final, projetos e estudos	800.651	698.927
Projetos e obras de operação Imediata	3.381	3.357
Total Esgoto	804.032	702.284
Projetos e obras administrativas	15.706	18.086
Estoques de obras, adiantamentos e convênios municipais	14.883	38.275
Total Obras Administrativas e Estoque de Obras	30.589	56.361
Total Ativos de Contrato	1.298.677	1.143.113

A movimentação das obras em andamento do período está demonstrada na tabela abaixo:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Ativos de Contrato	1.143.113	354.850	(199.286)	1.298.677

15.3. Ativos Imobilizados (administrativos)

Os ativos imobilizados são todos os bens da Companhia destinados às atividades administrativas:

	31 de dez. de 2022 Líquido	Depre- ciação	Baixas e Ajustes	Aquisi- ções/ Transf.	31 de dez. de 2023 Líquido
Ativos Administrativos	58.489	(9.978)	(30)	12.454	60.935

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU e datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos reavaliados	240.020	260.854
Tributos sobre a reavaliação	(60.901)	(66.187)
Saldo da reavaliação	179.119	194.667

15.4. Investimentos no período

De janeiro a dezembro de 2023, o montante de investimentos registrado pela Companhia nos municípios catarinenses foi de R\$ 462.053. Abaixo, destacamos as maiores obras investidas durante o ano de 2023.

MUNICÍPIO(S)	SISTEMA	OBRA
FLORIANÓPOLIS	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (Bacias D/F)
FLORIANÓPOLIS	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Saco Grande
SÃO JOSÉ e FLORIANÓPOLIS	Esgoto	Construção da Estação de Tratamento de Esgoto do Sistema Integrado de Potecas
FLORIANÓPOLIS	Esgoto	Ações Complementares de Saneamento Básico e Proteção ao Meio Ambiente
BAL. BARRA DO SUL	Esgoto	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário
SÃO LOURENÇO DO OESTE	Esgoto	Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário
DIVERSOS	Água	Aquisição de tubulações
XANXERÊ, XAXIM e CHAPECÓ	Água	Construção da captação no Rio Chapecozinho (Sistema Integrado)
FLORIANÓPOLIS	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário dos Ingleses
CURITIBANOS	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário
MAFRA	Esgoto	Implantação do Sistema Integrado de Esgotamento Sanitário
MUNICÍPIOS DIVERSOS	Água	Ampliação da Reservação

15.5. Depreciação e Amortização

De maneira geral, as taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

Imobilizado e Intangível	31/12/2023	31/12/2022
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto à Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro. A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato, apresentada nas notas explicativas abaixo:

	31/12/2023		
	Dívida	(-) Juros a Apropriar	Dívida Líquida (AVP)
Operações no exterior:			
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	203.915	(15.496)	188.419
Japan International Cooperation Agency - JICA	396.141	(28.818)	367.323
Total Operações líquidas no exterior	600.056	(44.314)	555.742
Operações no país:			
Caixa Econômica Federal – CAIXA	294.954	(102.136)	192.818
Debêntures	1.816.530	(623.939)	1.192.591
Banco Safra	33.053	(5.545)	27.508
Banco do Brasil	183.661	(73.967)	109.694
Banco ABC	85.912	(21.496)	64.416
Total Operações Líquidas no país	2.414.110	(827.083)	1.587.027
Total Empréstimos e Financiamentos	3.014.166	(871.397)	2.142.769

Abaixo a comparação com o ano de 2023 e 2022, pelos seus valores líquidos:

	Passivo CIRCULANTE		Passivo NÃO CIRCULANTE		
	31 de dezembro de				Encargos incidentes
	2023	2022	2023	2022	
Operações no exterior					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	54.955	57.744	133.464	194.454	Nota Exp.
Japan International Cooperation Agency - JICA	34.542	39.910	332.781	310.806	1,20% a.a.
Total Operações no exterior	89.497	97.654	466.245	505.260	
Operações no país:					
Caixa Econômica Federal	12.680	10.773	180.138	190.187	Nota Exp.
Debêntures	175.686	145.696	1.016.905	438.955	Nota Exp.
Banco Safra	23.591	25.271	3.917	27.417	Nota Exp.
Banco ABC	36.769	9.249	27.647	63.706	Nota Exp.
Banco do Brasil	527	9.127	109.167	38.187	Nota Exp.
Banco Santander	0	5.468	0	41.746	Nota Exp.
Banco Votorantim	0	2.681	0	47.917	Nota Exp.
Total Operações no país	249.253	208.265	1.337.774	848.115	
Total Empréstimos e Financiamentos	338.750	305.919	1.804.019	1.353.375	

a. Em 31 de dezembro de 2023 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2022).

b. As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	31/12/2023
Amortizações para 2023	327.588
Amortizações para 2024	335.918
Amortizações para 2025	477.479
Amortizações para 2026 em diante	1.001.784
Total	2.142.769

c. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data de fechamento, sendo 1 Euro equivalente a R\$5,3516 em 31 de dezembro de 2023 e R\$5,5694 em 31 de dezembro de 2022 e, 1 lene equivalente a R\$0,03422 em 31 de dezembro de 2023 e R\$0,03957 em 31 de dezembro de 2022.

Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R\$350.660 (€99.756), que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de

médio porte de Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento é definida nas datas dos desembolsos, resultando em juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O financiamento teve prazo de carência de 5 anos. Após a carência, 10 anos de amortização, que se iniciou em 15/10/2017, sendo a última parcela em 15/04/2027. Em 07 de abril de 2021 foi assinado o 3º aditivo contratual que alterou o cronograma para o uso do recurso disponível no contrato de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$188.419 equivalente a €35.207.

Japan International Cooperation Agency – JICA

Em 31 de março de 2010 foi realizada a contratação do financiamento junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para o Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total é de ¥12.324.000 para as obras e de ¥2.102.000 para consultoria, sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Até 31 de dezembro de 2023 a Companhia recebeu o montante de R\$384.761 (¥11.243.749) para as obras e de R\$82.879 (¥2.421.970) para consultoria. Este financiamento é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo de carência foi de 7 anos, após isso, são 19 anos de amortização. A amortização teve início em 20 de março de 2017 e finalizará em 20 de março de 2035. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$367.323 equivalente a ¥ 10.734.161.

Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos	Vencimentos finais	31/12/2023	31/12/2022
2010	2032	16.866	17.956
2012	2034 a 2036	175.952	183.004
Total		192.818	200.960

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Debêntures - 2ª Emissão

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a segunda emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em 13 de agosto de 2021 foi realizada uma nova assembleia geral dos Debenturistas para a alteração do início da amortização. A amortização do valor nominal unitário das debêntures será em parcelas

mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida em 12 de março de 2023 e a última em 14 de setembro de 2026.

A Remuneração contempla juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$449.606.

Debêntures Simples e Incentivada - 3ª Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 07 de novembro de 2023 (“Aprovação Societária”), foram aprovadas as condições da oferta pública de distribuição da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até 02 (duas) séries, da Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei de Valores Mobiliários”), sob o rito de registro automático, sob regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”), e das demais disposições legais aplicáveis (“Oferta”);

O valor da emissão ficou em 500.000 mil (quinhentas mil) referente às Debêntures Simples da primeira série e 280.000 (duzentos e oitenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série com valor nominal de R\$1.000,00 (mil reais).

Remuneração das Debêntures da Primeira Série - Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2028 e a sua amortização inicia em 16 de novembro de 2025.

O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2033 e a sua amortização inicia em 16 de maio de 2026. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$480.655 das Debêntures Simples e de R\$262.330 da Incentivada.

Banco Safra

Em 30 de março de 2022, foi contratado uma CCB - Cédula de Crédito Bancário com o Banco Safra S/A no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com uma taxa de juros de 0,2304% ao mês e taxa CDI correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos CDI – “base over”, divulgadas pela B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A carência ficou de 12 meses, com vencimento inicial em 27 de março de 2023 e final em 12 de fevereiro de 2025. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$27.508.

Banco do Brasil

Em 20 de Abril de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de abril de 2023 e final em 15 de março de 2027. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures foi amortizado o valor de R\$16.911 do contrato. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$22.363.

Em 17 de Fevereiro de 2023, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$50.000 (Cinquenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,6% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15

de fevereiro de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures foi amortizado o valor de R\$14.130 do contrato. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$36.044.

Em 3 de Maio de 2023, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R\$70.000 (Setenta milhões de reais), com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,45% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de abril de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das debêntures foi amortizado o valor de R\$18.958 do contrato. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$51.287.

Banco ABC

Em 31 de Maio de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extragrupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 19 de maio de 2023 e final em 28 de abril de 2027. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$39.392.

Em 23 de Dezembro de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R\$25.000. (Vinte e

cinco milhões de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI “over extra grupo” DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a. pago a cada 90 dias. Em 29 de setembro de 2023 foi realizado um aditivo do contrato prorrogando a amortização. A amortização ficou com vencimento único em 22 de novembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo devedor é de R\$25.024.

Banco Santander

Em 05 de Agosto de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco Santander no valor de R\$46.600 (quarenta e seis milhões e seiscentos mil de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI/ CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 4,16% a.a. pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 05 de agosto de 2023 e final em 05 de julho de 2027. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das Debêntures esta CCB foi quitada.

Em 20 de Janeiro de 2023, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco Santander no valor de R\$50.000 (Cinquenta milhões e seiscentos mil de reais), com juros de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI/CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,96% a.a. pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 22 de abril de 2024 e final em 20 de janeiro de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3ª emissão das Debêntures esta CCB foi quitada.

Banco Votorantim

Em 04 de Novembro de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco Votorantim no valor de R\$50.000 (Cinquenta milhões de reais), com encargos de 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros (Taxa DI), acrescido de 3% a.a., pago mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 04 de dezembro de 2023 e final em 03 de novembro de 2025. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3º emissão das Debêntures esta CCB foi quitada.

Banco BBM

Em 26 de Setembro de 2023, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco BBM no valor de R\$70.000 (Setenta milhões de reais), com juros de 100% da taxa DI, acrescido de spread de 5,5% a.a., pago mensalmente. A amortização ficou com vencimento único em dezembro de 2023. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3º emissão das Debêntures esta CCB foi quitada.

European Investment Bank -BEI

Em 14 de dezembro de 2023 foi assinado o contrato de financiamento junto ao European Investment Bank – BEI, no montante de €100.000 (cem mil euros) que tem como objetivo realizar investimentos em águas residuais e infraestrutura hídrica em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento será definida nas datas dos desembolsos. Até 31/12/2023 não ocorreu nenhum desembolso.

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos

Circulante:	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para férias	43.892	39.167
INSS	8.221	7.415
FGTS	2.837	2.581
IR s/folha de pagamento	9.132	5.218
Consignações	2.568	4.110
Salários	14.461	2
Outros	767	598
Total Circulante	81.878	59.091

Não Circulante:		
Participação em resultados	3.176	3.176
Total Não Circulante	3.176	3.176

Em 19 de setembro de 2023, foi aprovada a Resolução nº 312 da Diretoria Colegiada, alterando a data de pagamento da folha para o 5º dia útil do mês subsequente. Desta forma, a conta Salários a pagar encontra-se com saldo em 31 de dezembro de R\$14.461.

18. TRIBUTOS A RECOLHER

As composições eram conforme aberturas nos seguintes valores:

Circulante:	31/12/2023	31/12/2022
REFIS	4.367	8.418
COFINS	20.050	8.755
COFINS PARCELAMENTO	17.573	-
PIS	4.332	1.896
PIS PARCELAMENTO	3.803	-
Imposto de Renda - retenções	350	191
Imposto de Renda sobre lucro real	17.616	38.171
PIS/COFINS/CSLL - retenções	1.324	558
INSS de terceiros	949	1.189
Contribuição social sobre lucro real	6.806	14.289
Outros	703	851
Total circulante	77.873	74.318

Não circulante:		
REFIS	577	4.755
COFINS PARCELAMENTO	62.966	-
PIS PARCELAMENTO	13.626	-
Total não circulante	77.169	4.755

Em abril de 2023, após análise financeira de mercado, a Companhia optou por iniciar o parcelamento em 60 vezes, do pagamento dos débitos com PIS e COFINS sobre faturamento, conforme regras da receita federal.

Em 2009 a Companhia decidiu pela adesão da Lei 11.941/09, relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, o que gerou

a transferência dos montantes originários do REFIS. A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos em 28 de setembro de 2011.

Os saldos e a mutação do REFIS nas demonstrações contábeis está resumida como segue:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo anterior	8.418	7.968	4.755	12.449
Transferências	4.455	8.646	(4.455)	(8.646)
Atualizações (TJLP)	186	-	277	952
Amortizações	(8.692)	(8.196)	-	-
Total	4.367	8.418	577	4.755

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$60.901 em 31 de dezembro de 2023 (R\$66.187 em 31 de dezembro de 2022), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão contingências cíveis	65.307	64.905
Provisão contingências trabalhistas	12.002	10.486
Provisão contingências ambientais	-	4.500
Total Provisões	77.309	79.891
Total Depósitos dados em garantia	(108.598)	(116.551)
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	(31.289)	(36.660)

Em 31 de dezembro de 2023 as ações judiciais enquadradas pela área jurídica da companhia cujo grau de risco foi classificado como possíveis somam R\$718.700 (R\$668.002 em 31 de dezembro de 2022), .

20.1. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em con-

tratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento.

20.2. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações, demissões sem justa causa etc.), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estima e provisiona o valor em face de eventuais perdas nesses processos.

20.3. Contingências ambientais

Anteriormente, foram provisionados danos ambientais no montante de R\$4.500, em conformidade com o PRAD – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, em relação ao deslizamento dos taludes da Lagoa de Evapoinfiltração (LEI), que recebe efluente tratado da Estação de Tratamento de Esgoto da Lagoa da Conceição. Considerando que já ocorreram praticamente todas as indenizações cabíveis, tal provisão foi desfeita nesse ano e o valor de contingências ambientais encontra-se zerado.

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores de provisões os processos classificados em perdas possíveis ou remotas.

21. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

21.1. Plano CASANPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), foi contratada a empresa Rodarte Nogueira – Consultoria em Estatística e Atuária, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$59.011 (R\$25.125 em 31 de dezembro de 2022).

O Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

Os benefícios do Plano sob análise foram avaliados pelo Regime de Capitalização, que pressupõe o financiamento gradual do custo dos

benefícios futuros durante a vida ativa do participante. Para a distribuição desse custo ao longo dos anos de serviço do participante, adotou-se o Método da Unidade de Crédito Projetada, ou simplesmente, Crédito Unitário Projetado, e cumprimento ao estabelecido no item 67 do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1).

Abaixo está demonstrada a posição do passivo atuarial referente ao plano de Previdência Complementar em 31/12/2023.

Conciliação da obrigação de benefício definido	31/12/2023	31/12/2022
Obrigação de Benefício Definido no início do ano	321.981	329.818
Custo do serviço corrente (parte patronal)	(1.042)	(724)
Custo dos juros	36.525	34.380
Contribuições de participantes do plano	2.311	2.069
Benefícios pagos	(23.285)	(20.781)
(Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a	21.247	(22.781)
Obrigação de Benefício Definido no final do ano	357.737	321.981

Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	31/12/2023	31/12/2022
Valor justo dos Ativos do plano no início do ano	296.856	284.576
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	(13.189)	(779)
Contribuições do empregador	2.228	2.040
Contribuições dos participantes	2.311	2.069
Benefícios pagos	(23.285)	(20.781)
Receita dos juros	33.804	29.730
Valor justo dos ativos do plano no final do ano	298.726	296.856
Passivo reconhecido no Balanço	59.011	25.125

Montantes reconhecidos na Demonstração de Resultado:

Componentes do custo / (receita) do exercício	31/12/2023	31/12/2022
Custo do serviço corrente (parte patronal)	(1.042)	(724)
Custo líquido dos juros (1+2)	2.722	4.650
1- Juros sobre a obrigação de benefício definido	36.525	34.380
2- Juros (rendimento) sobre valor justo do ativo do plano	(33.804)	(29.730)
Custo do benefício pós-emprego no período	1.679	3.926

A seguir demonstramos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Premissas adotadas	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de desconto (nominal)	9,14%	11,81%
Retorno esperado dos ativos do plano	9,14%	11,81%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	N/A	N/A
Indexador do benefício (apenas inflação)	3,50%	5,31%

Base de dados da mensuração do passivo	31/12/2023	31/12/2022
Data do Cadastro	30/set/23	31/out/22
Participantes ativos (passivo principal)	1.114	1.129
Participantes Assistidos/Beneficiários gozando de benefício	812	792
a. Aposentados	777	758
b. Pensionistas	35	34
Número total de participantes	1.926	1.921

Outras premissas atuariais materiais:	31/12/2023	31/12/2022
Rotatividade projetada dos empregados	N/A	
Tábua de Mortalidade	Sexo Masculino: AT 2000 Básica F Sexo Feminino: AT 2000 F Desagravada em 10%	
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Sexo Masculino: AT 2000 Básica F Sexo Feminino: AT 2000 F Desagravada em 10%	
Tábua Entrada em Invalidez	Grupo Americana	
Composição familiar	BaC-Família Média/BC-Família Real	

Análise de Sensibilidade da taxa de juros:

Análise de Sensibilidade - 2023

Montante do:	Tábua biométrica - Mortalidade	
	Agravada -10%	Desagravada -10%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	(351.937)	(363.997)
Valor justo dos ativos do plano	298.726	298.726
(Passivo) / Ativo líquido a ser Reconhecido	(53.211)	(65.271)

Variações:

Aumento / redução da obrigação atuarial	-1,621%	1,750%
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-
Variação do (Passivo)/Ativo líquido a Reconhecer	-9,829%	10,609%

Montante do:	Taxa de juros	
	+ 0,5%	- 0,5%
Valor presente da obrigação atuarial do plano	(339.866)	(377.303)
Valor justo dos ativos do plano	298.726	298.726
(Passivo) / Ativo líquido a ser Reconhecido	(41.140)	(78.577)

Variações:

Aumento / redução da obrigação atuarial	-4,995%	5,470%
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-
Aumento/(redução) do (Passivo)/Ativo líquido a ser Reconhecido	-30,283%	33,158%

A seguir demonstramos valor e percentuais de ativos no plano por tipos e categorias:

VALOR DOS ATIVOS DO PLANO (%)

Principais Categorias de Ativos (%)	31/12/2023	31/12/2022
a Disponível	0,10%	0,013%
b Realizável (Prev e Adm)	0,65%	0,76%
c Títulos Públicos	56,91%	46,26%
d Ativos Financeiros de Créditos Privados	9,72%	9,01%
e Fundo Inv. - Renda Fixa	5,90%	5,72%
f Fundo Inv. - Ações (Renda Variável)	5,63%	11,91%
g Fundo Inv. - Multimercado	5,77%	9,22%
h Fundo Inv. - No Exterior	1,36%	2,84%
i Fundo Inv. - Direitos Creditórios	0,04%	0,01%
j Fundo de Inv. em Participações - FIP	1,43%	1,47%
k Investimentos em Imóveis	5,56%	6,09%
l Operações com Participantes (empréstimos)	6,94%	6,69%
m Outros - Depósitos Judiciários	0,00%	0,00%
Total	100,00%	100,00%

Principais Categorias de Ativos (%)	31/12/2023	31/12/2022
a Disponível	342	46
b Realizável (Prev e Adm)	2.334	2.644
c Títulos Públicos	203.303	161.243
d Ativos Financeiros de Créditos Privados	34.719	31.394
e Fundo Inv. - Renda Fixa	21.091	19.930
f Fundo Inv. - Ações (Renda Variável)	20.105	41.522
g Fundo Inv. - Multimercado	20.607	32.149
h Fundo Inv. - No Exterior	4.841	9.899
i Fundo Inv. - Direitos Creditórios	128	49
j Fundo de Inv. em Participações - FIP	5.099	5.119
k Investimentos em Imóveis	19.873	21.223
l Operações com Participantes (empréstimos)	24.807	23.330
m Outros - Depósitos Judiciários		
= Total Ativo	357.249	348.548

VALOR DOS ATIVOS DO PLANO (%)

	31/12/2023	31/12/2022
(+) Ajuste Valor de Mercado		
(-) Recursos a Receber - Contrato Patrocinador		
(-) Exigível Operacional	(395)	(159)
(-) Exigível Contingencial	(795)	-
(-) Fundo Previdencial		
(-) Fundo de Investimento	(1.353)	(1.126)
(-) Fundo administrativo	(1.117)	(1.847)
= Valor Justo dos Ativos Inicial	353.589	345.416
Valor Justo dos Ativos - Parte CD	56.193	48.560
SD Contas Assistidos		
SD Contas Ativos	56.193	48.560
Valor Justo dos Ativos - Parte BD	297.397	296.856
Rentabilidade projetada (até dezembro)	2.469	-
Saldo Previdencial projetado (até dezembro)	(1.140)	-
Valor Justo dos Ativos	298.726	296.856

Montantes Reconhecidos em ORA – Outros Resultados Abrangentes:

Montante a ser reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (ORA)	31/12/2023	31/12/2022
Custo total reconhecido em ORA no início do ano	(8.543)	13.460
(Ganhos) / Perdas nas obrigações	21.247	(22.781)
(Ganhos) / Perdas nos ativos do plano	13.189	779
Custo total reconhecido em ORA	25.892	(8.543)

A seguir demonstramos a projeção da despesa para o exercício de 2024:

Componentes do custo / (receita) próximo exercício	31/12/2024
Custo do serviço corrente (parte patronal) (1+2)	(1.122)
1 Custo do serviço corrente bruto	1.270
2 Contribuições esperadas de ativos para próximo exercício	(2.392)
Custo líquido dos juros	5.183
Custo do benefício pós-emprego no período	4.061

21.2. Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (2017/2018)

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2017. As indenizações estão sendo pagas em até 96 prestações.

	31/12/2023	31/12/2022
PDVI 2017 – Passivo Circulante	89.523	85.872
PDVI 2017 – Passivo Não Circulante	115.896	195.678
Total PDVI	205.419	281.550

22. PARTES RELACIONADAS

22.1. Transação com Partes Relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado, via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina e BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento, e a acionista CELESC.

Descrição	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Gov. do Estado-SC (Precatórios) ¹	-	-	24.612	-	-	-	-	-
Secretaria do Estado da Fazenda	5.839	5.344	-	-	39.187	33.709	-	-
SEFAZ (BNDES) ²	-	-	6.798	18.268	-	-	210	1.408
CELESC	60	44	9.628	9.003	722	593	113.989	129.918
Total	5.899	5.388	41.038	27.271	39.909	34.302	114.199	131.326

¹ A CASAN ingressou ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios do Estado de Santa Catarina, compondo o passivo de dívidas do Estado.

² Com a interveniência do Estado de Santa Catarina, em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$150.475, com juros de 3,54% ao ano + TJLP, que está sendo amortizado em 150 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de

julho de 2024. Em 4 de agosto de 2010 a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção destas obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES. Dessa forma, os valores devidos ao BNDES são, contabilizados como empréstimos e financiamentos referente a Partes Relacionadas, no passivo não circulante, foram mantidos no mesmo grupo de contas. Tais valores mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

22.2. Remuneração dos Administradores

A remuneração global dos administradores para o exercício de 2023 foi aprovada pela 53ª/2023 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2023, no montante global de até R\$4.091. Em 2022 a aprovação se deu pela 52ª/2022 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 27 de abril de 2022, no montante de R\$3.950.

Abaixo, apresentamos o quadro de remuneração dos administradores

Descrição	2023	2022
Salário ou Pró-labore	2.520	2.588
Benefícios diretos e indiretos	1.283	1.047
Representações	85	123
Diárias	44	121
Total	3.932	3.879

23. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$18.266 em 31 de dezembro de 2023 (R\$18.266 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho. A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital Social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$1.224.547 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.118.641 em 31 de dezembro de 2022), representado por 1.039.655.158 ações (949.739.585 ações em 31 de dezembro de 2022).

Composto por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, e ações preferenciais todas nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, sendo a estas assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações, sendo que as ações preferenciais têm direito a um recebimento 10% (dez por cento) maior do

que o atribuído a cada ação ordinária.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

	31/12/2023		
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
Governo do Estado de Santa Catarina	460.598.011	465.460.017	926.058.028
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429
Demais Acionistas	57.459	48.242	105.701
Total de ações	517.368.721	522.286.437	1.039.655.158

	31/12/2022		
Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
Governo do Estado de Santa Catarina	415.125.668	419.284.388	834.410.056
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	1.733.389	2.185	1.735.574
Demais Acionistas	56.996	45.530	102.526
Total de ações	473.629.304	476.110.281	949.739.585

24.2. Reserva de Lucros

Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do

lucro líquido do exercício e não pode exceder a 20% do capital social. Saldo em 2023 é de R\$37.425 (R\$34.887 em 2022.)

Reserva para Fundo de Investimentos

Conforme art. 72º do Estatuto Social da CASAN, o saldo remanescente (após a destinação da reserva legal e dividendos) será destinado a uma Reserva para Plano de Investimentos, que terá por finalidade assegurar investimentos em água e esgotamento sanitário ou acréscimo ao capital de giro para amortização de dívidas.

Esta reserva não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social. Em 2023 foi destinado de lucros acumulados para a Reserva de Investimentos o montante de R\$ 46.492.

24.3. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

Ao longo de 2023, o Governo do Estado de Santa Catarina realizou 4 aportes de R\$30.000, totalizando R\$120.000 repassados para futuro aumento de capital (R\$86.663 em 31 de dezembro de 2022).

24.4. Destinação do Lucro do Exercício

	2023
Lucro Exercício	50.743
Reserva Legal (5%)	2.537
Reserva para Fundos de Investimentos	36.154
Dividendos Propostos (25%)	12.051

24.5. Dividendos Propostos

Em dezembro de 2023 o saldo da conta dividendos propostos é de R\$12.053 sendo R\$2, referente a dividendos dos minoritários de anos anteriores não pagos em função de problemas com cadastro dos acionistas no Banco Escriturador.

24.6. Resultado por Ação

	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	50.743	91.990
Quantidade total de ações	1.039.655.158	949.739.585
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	0,0488	0,0969

24.7. Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa nº 21) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados direta-

mente no Patrimônio Líquido.

Em 2023, a Companhia tem registrado como perdas em outros resultados abrangentes o montante de R\$ 33.630 (R\$ 1.422 em 2022).

25. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão apresentadas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Tarifas de água	1.402.941	1.216.288
Tarifas de esgoto	379.373	322.193
Outras receitas de serviços de água	20.963	17.157
Outras receitas de serviços de esgoto	99	98
Total do faturamento	1.803.376	1.555.736
Impostos sobre vendas e outras deduções	(169.275)	(145.772)
Total receita líquida	1.634.101	1.409.964

A Companhia apresenta a receita operacional líquida sem os valores da Receita de Construção (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente).

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção (CPC 47) vinculados aos contratos de concessões, durante o exercício de 2023, no montante de R\$354.850 (R\$407.762 em 2022), ou seja, com margem nula.

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e encargos*	492.956	472.538
Materiais	121.039	97.545
Serviços de terceiros	333.422	324.941
Gerais e tributárias	90.901	57.355
Depreciações, amortizações e provisões	172.495	109.706
Amortização direito de uso de bem	25.118	13.934
Perdas realização créditos e Provisão devedores duvidosos	41.084	31.205
Recomposição de pavimentação	32.690	19.339
Fundos para programas municipais**	71.105	63.511
Total	1.380.810	1.190.074

*Contas de salários e encargos obteve incremento em função do re-ajuste salarial pelo INPC data base maio, além de revisão salarial de algumas categorias.

** Conta Fundos para programas municipais obteve um incremento em função das revisões contratuais dos Contratos Programas. Estes estarão compondo os custos da próxima revisão tarifária da Companhia.

27. GASTOS COM EMPREGADOS

Segue abaixo a relação dos gastos com empregados da Companhia:

	31/12/2023	31/12/2022
Salários	189.809	169.658
Férias, Abono e 13º Salário	54.293	50.798
Custos previdenciários	88.373	82.290
FGTS	22.416	20.058
Programa de alimentação	41.899	40.000
Programa de saúde	36.308	30.637
Gratificações	33.894	30.057
PDVI – Demissão voluntaria incentivada	12.104	36.499
Outros benefícios	13.860	12.541
Total	492.956	472.538
Número de empregados	2.743	2.696

28. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentado abaixo:

Receitas financeiras	31/12/2023	31/12/2022
Descontos obtidos	1.146	3.486
Juros ativos	2.933	7.469
Rendimento de aplicações financeiras	10.129	8.788
Acréscimos por inadimplências contratuais	22.454	12.938
Ganho com recuperação de crédito	192	287
Total Receitas Financeiras	36.854	32.968
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(200.715)	(154.093)
Variações monetárias e cambiais (reversão)	15.103	27.240
Multas e juros*	(21.349)	
Outras	(11.731)	(3.551)
Total Despesas Financeiras	(218.692)	(130.404)
Resultado Financeiro Líquido	(181.838)	(97.436)

*Valores de juros e multas referem-se aos juros do parcelamento dos tributos PIS e COFINS.

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 31 de dezembro de 2023, substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 21 e 20, respectivamente. Abaixo segue a composição das mesmas:

Outras receitas operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Indenizações e ressarcimento de despesas	243	11.883
Comissão prestação de serviços/convênios	1.082	995
Reversão Causas trabalhistas	-	2.076
Reversão Causas cíveis	1.170	-
Reversão Causas ambientais	4.500	2.531
Vendas de bens do imobilizado	993	2.676
Contribuições e doações	967	196
Outras	38	-
Total Outras Receitas Operacionais	8.993	20.357
Outras despesas operacionais		
Baixa de imobilizado	(1.158)	(351)
Fiscais e tributárias	(462)	(952)
Causas cíveis	(1.662)	(2.732)
Total Outras Despesas Operacionais	(3.282)	(4.035)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	5.711	16.322

30. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$69.775. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia.

A Companhia aluga 599 veículos leves que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

31. ROMPIMENTO DO RESERVATÓRIO NO MONTE CRISTO

Na madrugada do dia 6 de setembro de 2023 ocorreu o rompimento do reservatório R4 localizado no bairro Monte Cristo, em Florianópolis. Não houve feridos. Tal acontecimento causou danos em imóveis e veículos da localidade. Várias equipes foram mobilizadas para garantir pronto atendimento à população local, e desde então, a Companhia segue prestando auxílio constante aos atingidos, com enfoque nas pessoas, minimizando os impactos e ressarcindo os danos causados. Até 31 de dezembro de 2023 a Companhia pagou R\$9.517 em indenizações. A perda com o valor do investimento registrado no re-

servatório no montante de R\$7.200 foi contabilizada como despesas no mês de outubro.

32. BALANÇO SOCIAL

A Companhia apresenta o Balanço Social referente ao ano de 2023, onde evidencia informações sobre projetos, benefícios e ações sociais dirigidos aos empregados, investidores, acionistas e à comunidade. A CASAN adota o modelo conforme Manual de Procedimentos Contábeis da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina.

1. BASE DE CÁLCULO	2023 - Valores em R\$ mil	2022 - Valores em R\$ mil
Receita Operacional Líquida (ROL)	1.634.101	1.409.964
Resultado Operacional (RO)	259.002	236.213
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	528.613	479.208

CONTINUA
▼

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	2023			2022		
	Valor R\$ MIL	% sobre FBP	% sobre RL	Valor R\$ MIL	% sobre FBP	% sobre RL
Alimentação	52.931	10,01%	3,24%	50.307	12,13%	3,57%
Encargos Sociais Compulsórios	108.618	20,55%	6,65%	97.808	23,58%	6,94%
Previdência Privada	5.071	0,96%	0,31%	4.529	1,09%	0,32%
Saúde	31.689	5,99%	1,94%	26.408	6,37%	1,87%
Segurança e Saúde no Trabalho	2.422	0,46%	0,15%	1.440	0,35%	0,10%
Educação	14.733	2,79%	0,90%	458	0,11%	0,03%
Cultura	1.199	0,23%	0,07%	1.188	0,29%	0,08%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	745	0,14%	0,05%	785	0,19%	0,06%
Creches ou Auxílio-Creche	3.669	0,69%	0,22%	3.154	0,76%	0,22%
Participação nos Lucros ou Resultados	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	14.355	2,72%	0,88%	36.499	8,80%	2,59%
Total dos Indicadores Sociais Internos	235.431	44,54%	14,41%	222.576	53,65%	15,79%

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	2023			2022		
	Valor R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valor R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	541	0,21%	0,03%	650	0,28%	0,05%
Saúde e Saneamento	234	0,09%	0,01%	939	0,23%	0,07%
Esporte	90	0,03%	0,01%	110	0,05%	0,01%
Sub Total	866	0,33%	0,05%	1.699	0,56%	0,13%
Tributos (excluídos os encargos sociais)	211.462	40,00%	12,94%	232.184	55,97%	16,47%
Total dos Indicadores Sociais Externos	212.328	40,34%	12,99%	233.883	56,53%	16,60%

CONTINUA
▼

4. INDICADORES DO AMBIENTE CONFORME ATUAÇÃO DA COMPANHIA				2023			2022		
	Valor R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valor R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valor R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa	462.053	178%	28,28%	595.464	91%	42,23%			
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	623	0,24%	0,04%	0	0,00%	0,00%			
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	462.676	178,64%	28,31%	595.464	91,36%	42,23%			
Quanto ao Estabelecimento de “metas anuais” para Minimizar Resíduos, o Consumo em Geral na Produção/Operação e Aumentar a Eficácia na Utilização de Recursos Naturais, a Empresa:	Não possui Metas			Não possui Metas					

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL		2023	2022
Número de Empregados(as) ao Final do Período		2.743	2.696
Número de Admissões Durante o Período		77	64
Número de Empregados(as) Terceirizados		634	643
Número de Estagiários(as)		96	156
Número de Empregados(as) Acima de 45 anos		1.250	1.173
Número No de Mulheres que Trabalham na Empresa		550	543
% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres		23,13%	25,41%
No de Negros(as) que Trabalham na Empresa		44	46
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros(as)		1,07%	0,66%
No de Pessoas com Deficiência ou Necessidades Especiais		76	79

CONTINUA
▼

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL

	2023			METAS 2024		
Relação Entre a Maior e a Menor Remuneração na Empresa	18,57 vezes			REDUZIR		
Número Total de Acidentes de Trabalho	124			REDUZIR		
Os Projetos Sociais e Ambientais Desenvolvidos pela Empresa Foram Definidos por:	Direção e gerências			Direção e gerências		
Os Padrões de Segurança e Salubridade no Ambiente de Trabalho Foram Definidos por:	Direção e gerências			Direção e gerências		
Quanto à Liberdade Sindical, ao Direito de Negociação Coletiva e a Representação Interna dos(as) Trabalhadores(as):	Segue normas OIT			Segue normas OIT		
A Previdência Privada Contempla:	Todos os empregados			Todos os empregados		
A Participação nos Lucros ou Resultados Contempla:	Não se aplica			Não se aplica		
Na Seleção dos Fornecedores, os mesmos Padrões Éticos e de Responsabilidade Social e Ambiental Adotados pela Empresa:	São exigidos			São exigidos		
Quanto à Participação de Empregados(as) em Programas de Trabalho Voluntário:	Apoia			Apoiará		
Número Total de Reclamações e Críticas de Consumidores	Na Empresa 34.094	No Procon 694	Na Justiça 562	Na Empresa 0	No Procon 0	Na Justiça 0
% de Reclamações e Críticas Solucionadas	71,92%	62,29%	0,00%	72,98%	68,35%	0,00%
	2023			2022		
Distribuição do Valor Adicionado e sua Distribuição	Governo	274.971		Governo	266.513	
	Colaboradores	411.110		Colaboradores	398.509	
	Acionistas	12.051		Acionistas	21.848	
	Terceiros	218.692		Terceiros	130.404	
	Retido	38.692		Retido	70.142	

7. OUTRAS INFORMAÇÕES

A EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO DE OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA EM CORRUPÇÃO. NOSSA COMPANHIA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

De 31 de dezembro de 2023 até a data de publicação destas demonstrações, não ocorreram outros eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Aos

Acionistas e aos conselheiros da
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Florianópolis – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à CASAN, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Mudança de Prática Contábil – Bens vinculados aos contratos de concessão (Nota Explicativa 5 e)

Conforme apresentado em Nota Explicativa 5, letra “e”, até o exercício de 2023 a Companhia tinha como prática contábil o registro dos

bens vinculados aos contratos de prestação de serviços de Saneamento e os contratos firmados com base no novo marco regulatório de saneamento – Lei 11.445/07 (Contratos de Programa) no Ativo Intangível. A partir deste exercício e de acordo com o modelo bifurcado definido pelo ICPC 01 e OCPC 05, a Companhia alterou a forma de registro de todos os contratos para ativo intangível e ativo financeiro de contrato. Com isso a Companhia passou a reconhecer os ativos financeiros dos contratos onde a vida útil dos bens ultrapassa o prazo contratual. Os ativos financeiros contratuais estão mensurados e reconhecidos pelo valor justo, onde o valor justo é igual ao valor contábil. Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das demonstrações contábeis entre os exercícios, a Companhia reclassificou os bens do ativo intangível do Balanço Patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para o ativo financeiro de contrato. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Teste de *Impairment* (Nota explicativa 3.8)

Para apurar o valor recuperável dos Ativos, adotou-se o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso desses ativos. Foram consideradas como unidades geradoras de caixa cada Superintendência Regional de Negócios, em virtude das características peculiares. Avaliados os itens:

- Vida útil, baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente;
- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital* – WACC) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;
- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX foram projetadas conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável. Esse procedimento foi adotado em virtude de os contratos de concessões e de programa preverem ressarcimento à Companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico avaliou que não há indicativo de perda por impairment amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada através da tarifa ou por indenização.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Avaliamos o estudo realizado e testamos os cálculos apresentados, de forma a assegurar que não há indicação de reconhecimento de perda por *impairment*.

Benefícios a Empregados (Nota Explicativa 3.9 e 21.1)

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, na modalidade de Contribuição Variável. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$ 59.011 mil (R\$ 25.125 mil, em 2022). Consideramos este um dos principais assuntos de auditoria em virtude das estimativas complexas, com saldos relevantes, e subjetivas por parte da administração, como, por exemplo, as tábuas biométricas, as projeções de aumentos salariais e as taxas de desconto. Variações nesses saldos representam impactos relevantes nos montantes de provisão para déficit atuarial.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Verificamos a metodologia utilizada pelos atuários independentes contratados pela Companhia, avaliamos a razoabilidade das principais premissas, das taxas de descontos, das projeções de crescimento salarial e das tábuas biométricas (mortalidade, invalidez e mortalidade de inválidos) utilizadas para os cálculos atuariais e analisamos o resultado do cálculo das provisões matemáticas do plano e os valores justos dos ativos.

Consideramos que as premissas utilizadas para determinar a provisão para déficit atuarial estão razoáveis.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua

forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas de-

monstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando; divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção rele-

vante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria

apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comu-

nicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 08 de março de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Jorge Luiz Menezes Cereja
Contador 1 CRC RS 43679/O
Sócio Responsável Técnico

Rosangela Pereira Peixoto
Contadora CRC RS 065932
Sócia Diretora Responsável

4

PARECER DO
CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2023. Com base nos documentos examinados, na Proposta da Administração, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e

no parecer emitido por Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, e opinam, por unanimidade, que os mencionados documentos podem ser divulgados.

Florianópolis, 25 de março de 2024.

SHEILA MARIA MARTINS ORBEN MEIRELLES
Presidente do Conselho Fiscal

ALEXANDRE PEDERCINI ISSA
Conselheiro

DANIELI BLANGER PINHEIRO PORPORATTI
Conselheira

GABRIELA SOARES PEDERCINI
Conselheira

RICARDO EUCLIDES GRANDO
Conselheiro

5

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO



RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO- CAE - EXERCÍCIO SOCIAL 2023

Aos Conselheiros de Administração da CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE” ou “Comitê”) é um órgão auxiliar do Conselho de Administração da CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (“Companhia”), regido pelo Estatuto Social e pelo Regimento Interno do CAE da Companhia (“Regimento”).

A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Seção VII, Art. 24, Inciso VII, determina que o Comitê de Auditoria Estatutário elabore relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do CAE, registrando, se houver, as divergências significativas entre Administração, Auditoria Independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria Estatutário, desde 01 de agosto de 2020, é composto por três membros, sendo, o Sr. Carlos Rocha Velloso (Coordenador do Comitê), o Sr. Eduardo Person Pardini e a Sra. Cristiane Scholz Fáisca Cardoso, os quais atendem os critérios de

independência estabelecidos no artigo 22, da Lei nº 13.303. Em 01 de agosto de 2022, os membros do Comitê de Auditoria foram reconduzidos para o segundo mandato, conforme previsto na referida Lei nº 13.303.

2. Resumo das atividades em 2023

No período de janeiro a dezembro de 2023 o CAE da CASAN realizou 34 reuniões envolvendo Conselheiros de Administração, Diretores, Gerentes, Superintendentes e Assessores da Companhia, Auditores Internos, Procurador Geral, Ouvidor, Auditores Independentes e Diretor Presidente da Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV, conforme atas do CAE disponíveis no portal da CASAN sob a forma de extrato ou integral, conforme deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

As atividades do CAE são relatadas a seguir:

Demonstrações Financeiras

Foram examinadas as Demonstrações Financeiras referentes aos quatro trimestres de 2023.

O exame das Demonstrações Financeiras consistiu na supervisão das atividades desenvolvidas para a sua elaboração, por meio de reuniões frequentes com a área responsável pela contabilidade, reuniões de esclarecimentos com a Diretoria Financeira e os Auditores Independentes e participação em reuniões do Comitê Financeiro do Conselho de Administração, além da análise dos Relatórios da Companhia e do Relatório dos Auditores Independentes.

Não havendo sido encontrados óbices à aprovação das Demonstrações Financeiras trimestrais, foram então encaminhadas ao Conselho de Administração.

Como recomendação durante o exercício, o CAE recomendou a continuidade de uma permanente atenção ao perfil da dívida da Companhia aliada ao nível de geração de caixa para não dificultar futuras captações para financiamento de capital de giro ou de investimentos que serão indispensáveis para atendimento ao novo marco regulatório de saneamento. E, ainda, que os saldos contábeis antigos continuassem a ser conciliados, tendo sido, os saldos mais relevantes neste exercício, ajustados na contabilidade.

Auditoria Interna

O CAE acompanhou a realização do Plano Anual de Auditoria In-

terna (PAAI) 2023.

Em função da renovação de alguns integrantes da Auditoria Interna, o CAE manteve a mentoria para a equipe durante todo o ano de 2023. Foram adotados novos métodos de trabalho para tornar a metodologia aplicada mais aderente às normas internacionais de Auditoria.

Acompanhou e orientou a elaboração do PAAI 2024.

Riscos e Controles Internos

O CAE supervisionou os avanços feitos pela área de Riscos e Controles Internos em relação à implantação do Programa de Conformidade e de Gerenciamento de Riscos.

Em continuidade ao acompanhamento da metodologia de gestão de riscos usada pela Companhia, do Portfólio de Riscos e do Mapa de Riscos e da implantação do Sistema SE Suite para disponibilização e gerenciamento das informações, orientou esta área para a adoção de diversos aprimoramentos na metodologia utilizada.

Como recomendações, solicitou que: a análise de riscos tenha como base o orçamento, de forma que possa ser quantificável; a análise de riscos deve avaliar as ameaças à realização dos objeti-

vos empresariais; os processos-chave da CASAN devem ser mapeados; é indispensável o fomento de cultura de governança, riscos e controles internos.

O Programa de Integridade da CASAN foi revisado por Grupo de Trabalho coordenado pelo Assessor de Conformidade, Controles Internos e Gestão de Riscos. As recomendações para aprimoramento do Programa de Integridade constam no Relatório Conclusivo do Grupo de Trabalho e foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

CASANPREV

O CAE realizou reuniões de esclarecimentos com o Diretor Presidente da CASANPREV - Fundação CASAN de Previdência Complementar para obter informações sobre o desempenho dos seus investimentos durante o ano, tendo destacado o atingimento da meta atuarial no exercício de 2023. O novo Plano de Contribuição Definida (CD) segue em análise pela PREVIC.

Como a ocorrência de um déficit atuarial acima dos limites estabelecidos pela PREVIC acarreta obrigatoriamente a necessidade de definição de um Plano de Equacionamento do déficit acumulado com exercícios anteriores. Tal Plano deverá ser proposto pela Diretoria da CASANPREV ao seu Conselho Administrativo e para a Patrocinadora CASAN, para alinhamento da melhor alternativa de

equacionamento para os empregados participantes e para a própria patrocinadora, uma vez que a legislação determina que no equacionamento de déficits as contribuições pelos participantes e pela patrocinadora sejam iguais. O equacionamento do déficit atuarial registrado no ano de 2022 deverá ser aprovado para ser implantado a partir de abril de 2024.

E em conformidade com procedimento já adotado em exercícios anteriores, o CAE reuniu-se com a consultoria contratada para avaliação atuarial da provisão contábil na CASAN em 2023 referente ao Plano Misto de Benefícios Previdenciários – PLANO CASANPREV, por ela patrocinado, para avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais para a constituição de tal provisão.

Outros temas relevantes

O CAE tomou conhecimento e participou de análises e discussões, apresentando recomendações sobre diversos temas relevantes para o desempenho de suas atribuições, relacionados à avaliação e monitoramento de exposições a riscos e a mecanismos de controle interno, como: evento ocorrido no Reservatório R4 em Florianópolis; Fundo de Investimento SM4; seguro D&O; adequação da Companhia à LGPD, canal de denúncias externo; imobilização de obras antigas já finalizadas; política de transação

com partes relacionadas; Planos de Emergência e Contingência e inventário de barramentos de água; reforço da fiscalização das ligações à rede coletora de esgoto; substituição de hidrômetros; atividades relacionadas à agenda ASG; acompanhamento das ações de regionalização e o processo de contratação de Auditoria Independente.

3. Conclusão e Recomendação ao Conselho de Administração

O CAE analisou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2023 juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes – Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, apresentados pela Diretoria Executiva ao Conselho

de Administração.

Considerando as análises e os debates ocorridos nas reuniões e nos trabalhos de acompanhamento e supervisão por nós conduzidos, assim como em razão das informações prestadas pela Administração da CASAN, relatórios da Auditoria Interna e pelos Auditores Independentes, somos de opinião de que não ocorreram divergências entre a Administração, a Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria Estatutário e de que todos os fatos relevantes estão adequadamente consignados e divulgados nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2023, encaminhadas para aprovação pelo Conselho de Administração.

Florianópolis, 15 de março de 2024.

CARLOS ROCHA VELLOSO

Coordenador do Comitê

CRISTIANE SCHOLZ FAÍSCA CARDOSO

Membro do Comitê

EDUARDO PERSON PARDINI

Membro do Comitê

6

DECLARAÇÕES



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as informações relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Florianópolis, 18 de março de 2024.

EDSON MORITZ

Diretor Presidente e Diretor Financeiro e
de Relações com os Investidores

NATAN MARCONDES MONTEIRO OSORIO

Diretor Administrativo

GIOVANI PICKLER

Diretor Comercial

PEDRO JOEL HORSTMANN

Diretor de Operação e Expansão

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Florianópolis, SC, 18 de março de 2024.

EDSON MORITZ

Diretor Presidente e Diretor Financeiro e
de Relações com os Investidores

NATAN MARCONDES MONTEIRO OSORIO

Diretor Administrativo

GIOVANI PICKLER

Diretor Comercial

PEDRO JOEL HORSTMANN

Diretor de Operação e Expansão

Relatório da Administração 2023

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN

Fotografias: Acervo CASAN e Banco de Imagens

Edição gráfica: Luiz Fernando Ferrary



comunicaz

comunicação eficaz

Av. Trompowsky , 354 /Sala 501 , Bairro Centro ,
Cep 88015300 , Florianópolis/SC

☎ (48) 99901.7767 / www.comunicaz.com.br

www.CASAN.com.br

RUA EMÍLIO BLUM, 83 • CEP 88020-010 • FLORIANÓPOLIS - SC

FONE 55 + 48 3221 5000



GOV. DE
**SANTA
CATARINA**